

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Com o novo formato estreado na edição de agosto de 2020, a publicação foi reformulada com nova configuração das seções.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica.

A primeira seção traz a cada mês um Assunto em Destaque ou o texto de especialistas convidados. Nesta edição os **Especialistas Convidados** são Carlos Ragazzo e Bruna Cataldo, que escrevem sobre Open Banking e Demanda: Programas de Capacitação Financeira.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda os aspectos conjunturais no mundo, no Brasil e no Espírito Santo, a começar pelas informações referentes à pandemia da Covid-19. São avaliados também os últimos dados setoriais e de atividade econômica para o país e para o estado, além dos números da arrecadação federal. Nesta edição, a seção ainda conta com um **Box** especial, abordando o posicionamento do Brasil no ranking de maiores economias do mundo em 2020.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os resultados de setembro para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os números referentes à produção de petróleo e gás natural, às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities, ao consumo e produção de energia elétrica e à confiança dos empresários industriais.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação, as taxas de juros, o spread e a

inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números do Governo do Estado de janeiro a outubro. Neste mês há dois **Boxes** especiais: o primeiro fala sobre o recém lançado “Plano Espírito Santo”, e o segundo avalia aspectos das finanças públicas municipais e desafios futuros para os novos prefeitos eleitos.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: http://bit.ly/DadosBEC_Novembro20.

O Ideies também produz, às terças e sextas-feiras, o boletim de acompanhamento da Covid-19 no Espírito Santo: <https://findes.com.br/medidascoronavirus/boletinsdoideies>

Ótima leitura!

Seções

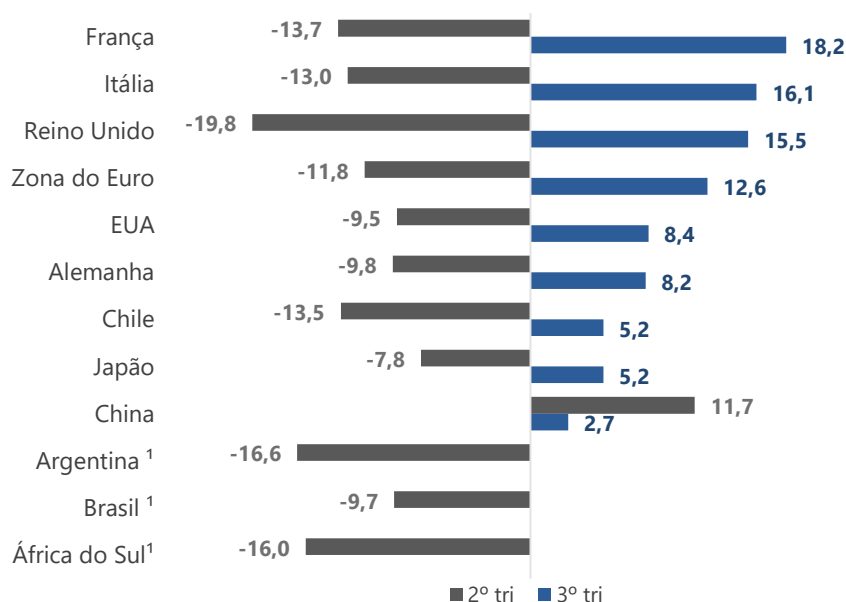
Sumário Executivo	02
1. Especialistas Convidados - Carlos Ragazzo e Bruna Cataldo	06
2. Atividade Econômica	10
3. Desempenho Industrial	15
4. Preços, Juros e Crédito	20
5. Finanças Públicas Estaduais	26
6. Comentários Finais	34

Sumário Executivo

O mês de novembro foi marcado por aumento no número de casos e de óbitos decorrentes da Covid-19 em vários locais pelo mundo, o que passou a ser apontado como uma “segunda onda” da doença, principalmente, na Europa. Alguns países voltaram a adotar medidas restritivas para atividades sociais e econômicas. Por enquanto, a ma-

nutenção dessas medidas ainda é esperada até dezembro em alguns casos, buscando evitar fechamentos mais severos adotados entre fevereiro e maio que impactaram fortemente a economia no segundo trimestre. No terceiro trimestre, com retomada das atividades, os resultados evidenciaram melhora nas principais economias.

Variação (%) do PIB trimestral de países selecionados – em relação ao trimestre imediatamente anterior



(1) Dados ainda não divulgados oficialmente para o 3º trimestre.

Fontes: LCA, ESRI, BEA, Eurostat, Banco Central de Chile, StatsSA, INDEC, IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes

No Brasil, o PIB oficial está previsto para ser divulgado pelo IBGE no dia 03 de dezembro. Mas o Indicador de Atividade Econômica para o país (IBC-Br), estimado pelo Banco Central e que é interpretado como uma prévia do PIB, **indica**

um avanço de 9,5% na economia brasileira no 3º trimestre, em comparação ao trimestre imediatamente anterior. No Espírito Santo, o indicador de atividade econômica IBCR-ES avançou 6,1% no 3º trimestre.

Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Set 2020 / Ago 2020 ¹	Set 2020 / Set 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	1,29	-0,77	-4,93	-3,32
Índice de atividade econômica regional ES	1,15	-0,66	-5,33	-4,59
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	2,6	3,4	-7,2	-5,5
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	5,0	-11,0	-18,0	-19,3
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	1,2	7,4	-3,6	-1,4
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	3,1	22,7	2,0	3,2
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,6	7,3	0,0	0,9
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	1,8	13,5	2,5	2,9
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	1,8	-7,2	-8,8	-6,0
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	3,0	-2,6	-8,3	-5,4

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Na passagem de agosto para setembro, o IBCR-ES avançou 1,1%, terceiro resultado positivo nessa variação marginal, puxado pelos desempenhos de todas as atividades: indústria (5,0%), serviços (3,0%) e comércio ampliado (3,1%). Vale ressaltar que em setembro, o setor de serviços capixaba (diferentemente do nacional) atingiu o nível de volume registrado em fevereiro último, período de pré-pandemia. O setor comercial ultrapassou este patamar, enquanto a indústria ainda opera aquém do registrado no

início do ano – mas em trajetória de relativa recuperação. Especificamente em relação aos resultados da indústria, Na passagem de agosto para setembro a produção nacional do setor expandiu em 2,6%, quinta alta consecutiva nessa base de comparação. **Já no Espírito Santo houve expansão de 5,0% na evolução mensal, puxado pelo crescimento de 13,1% na atividade extrativa.** No entanto, o setor ainda se encontra -8,8% abaixo do nível da produção industrial verificada em fevereiro deste ano.

Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – setembro de 2020

	Set 2020/ Ago 2020*	Set 2020/ Set 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	5,0	-11,0	-18,0	-19,3
Indústrias extrativas	13,1	-28,2	-29,9	-30,5
Indústrias de transformação	-2,6	5,1	-7,4	-8,9
Fabricação de produtos alimentícios	6,1	24,3	2,4	4,4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-24,0	3,1	9,6	-7,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	11,3	16,9	-8,1	-4,6
Metalurgia	-0,5	-16,8	-21,5	-21,8

(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

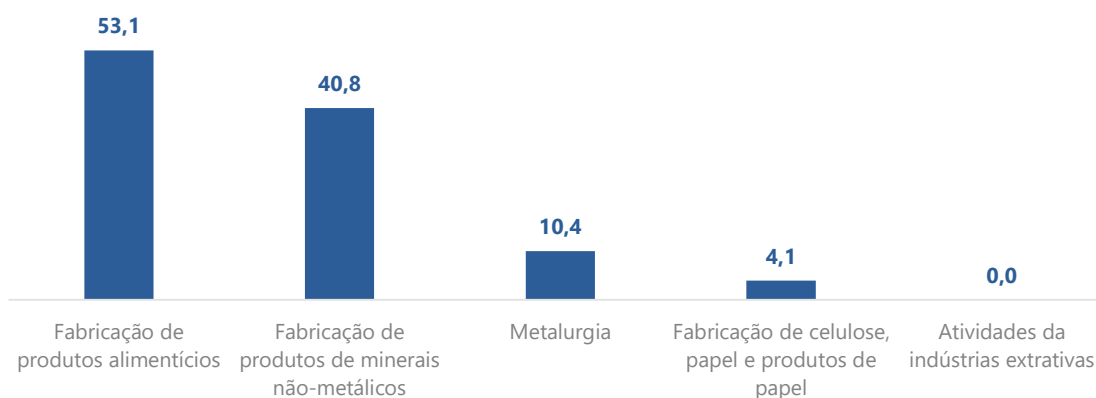
Elaboração: Ideies / Findes

Em relação ao desempenho trimestral, a produção da indústria capixaba aumentou 25,1% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre, variação superior à da média nacional (22,3%). No Espírito Santo, a indústria extrativa permaneceu estável (0,0%) e a indústria de transformação avançou 31,4% no período. **As maiores expansões ocorreram na fabricação de produtos alimentícios (53,1%) e produtos de minerais não-metálicos (40,8%).** O desempenho desta última tem sido influenciado pela expansão da demanda da construção por produtos como os cimentos "portland" e a massa de concreto. **Já a metalurgia avançou 10,4%, resultado positivamente impactado pelo religamento dos alto-fornos nº 2 e**

nº 3 da ArcelorMittal Tubarão.

A fabricação de celulose, papel e produtos de papel cresceu 4,1% na passagem do 2º para o 3º trimestre do ano. De acordo com o relatório trimestral da Suzano, a rápida retomada das atividades econômicas na China favoreceu o gradual aquecimento da demanda por papéis de imprimir e escrever e por papéis sanitários. Esses produtos também foram beneficiados pelo aumento da demanda europeia e no mercado da América do Norte. Por fim, os papéis para embalagens mantiveram o crescimento, impulsionados pela expansão das compras online e das entregas por delivery.

Variação (%) da Produção Industrial no Espírito Santo - 3º trimestre de 2020 contra 2º trimestre de 2020



Fonte: IBGE (PIM-PF)

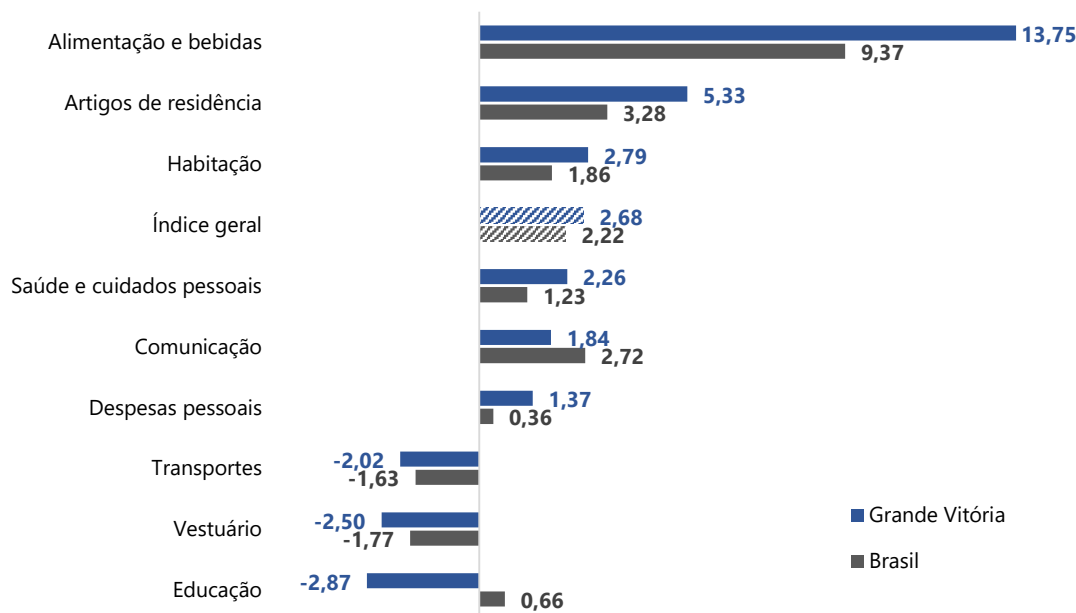
Elaboração: Ideies / Findes

Em relação à inflação, os últimos números, referentes a outubro de 2020, continuaram mostrando aceleração do nível de preços da economia. A inflação do mês foi de 0,86% no Brasil, com aumento em todas as 16 regiões pesquisadas, inclusive na Região Metropolitana da Grande Vitória que registrou 0,91%. **Quando considerado o IPCA acumulado em 12 meses, o indicador nacional totaliza 3,92% e o capixaba chega a 3,96%, variação próxima**

da meta estabelecida para este ano, de 4,00%.

Já na análise da inflação apenas deste ano, considerando o acumulado de janeiro a outubro de 2020, o grupo com maior alta no IPCA continua sendo o de alimentação e bebidas, tanto no país quanto no estado. No Espírito Santo, os grupos de transportes, vestuário e educação apresentam deflação no ano.

IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada de janeiro a outubro de 2020 (%)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

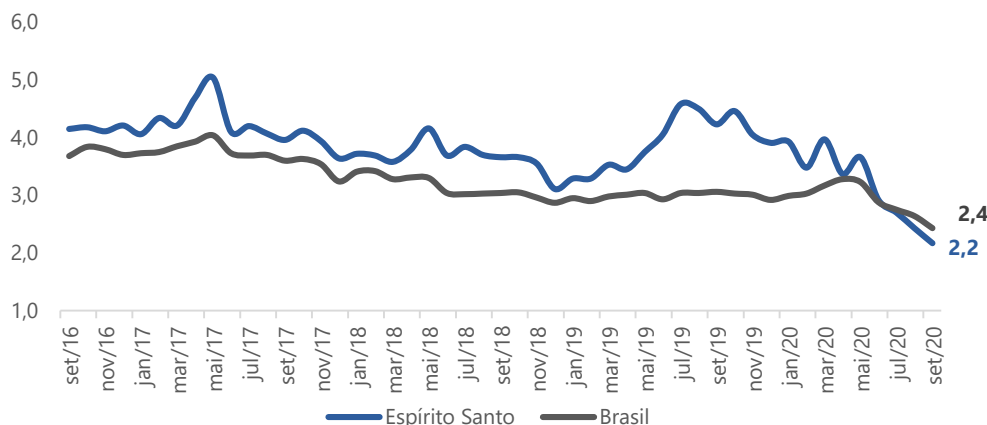
Segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), conforme a sua última reunião no final de outubro, a pressão inflacionária provocada pela alta nos preços dos alimentos e bens industriais é um choque temporário.

O último Relatório Focus, do dia 23 de novembro de 2020, mostrou que **a mediana das expectativas de mercado para o IPCA em 2020 ficou em 3,45%**, com um comportamento semanal de 15 altas consecutivas nas projeções. **Em relação à Selic, as expectativas registradas no Focus seguem apontando para um fechamento da taxa básica de juros da economia aos 2,00% a.a.**, o que poderá ser confirmado na última reunião do Copom em 2020, a ser realizada nos dias 08 e 09 de dezembro.

A taxa média de juros das operações de crédito no país atingiu 18,1% a.a. em setembro, com uma redução de -0,6 p.p. em relação à taxa de agosto, influenciada pelas quedas das taxas de juros das operações do mercado de crédito nas modalidades de pessoas físicas e jurídicas. Seguindo o movimento das taxas médias de juros, o spread médio bancário no Brasil registrou baixa de -0,7 p.p. na passagem de agosto (14,9 p.p.) para setembro (14,2 p.p.), com recuo tanto em relação ao spread médio cobrado às famílias quanto ao spread proveniente de operações com as empresas.

A taxa de inadimplência das operações de crédito recuou -0,2 p.p. em setembro, tanto no Brasil em que registrou 2,4%, quanto no Espírito Santo, em que ficou em 2,2%.

Taxa de inadimplência (%) da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ideies / Findes.

Ainda no mercado de crédito, o saldo da carteira crédito no Brasil registrou um montante R\$ 3,8 trilhões em setembro, dos quais R\$ 1,7 trilhão foram destinados às empresas e R\$ 2,1 trilhões às famílias. O saldo total apresentou uma variação interanual de 13,1%.

Para o Espírito Santo, o montante de crédito totalizou R\$ 56,6 bilhões em setembro. **O saldo destinado às empresas capixabas foi de R\$ 24,0 bilhões, com um aumento de 16,1% em relação ao registrado em setembro de 2019.** Para as famílias, o crédito alcançou R\$ 32,6 bilhões, com um crescimento de 5,8% na comparação interanual.

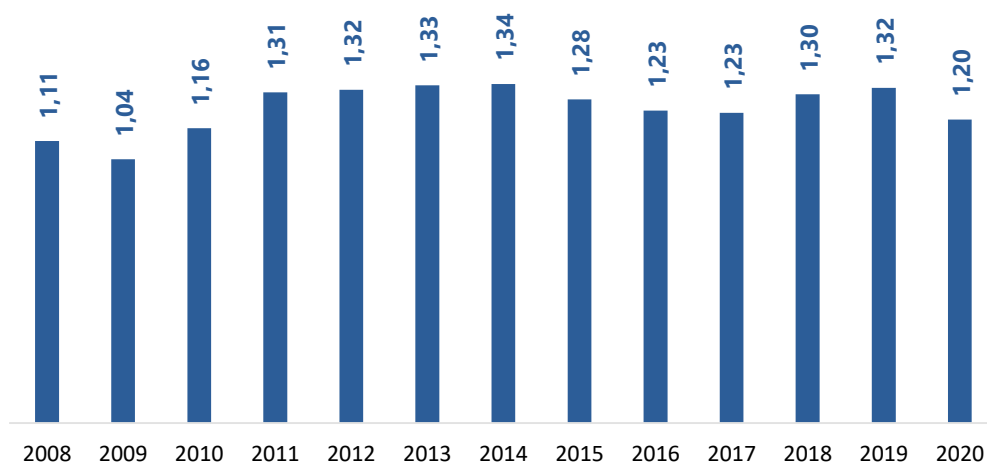
A arrecadação federal referente ao período de janeiro a outubro de 2020 apresentou queda real de -9,5% em comparação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 1,20 trilhão. Segundo a Receita Federal,

esse resultado foi reflexo dos diferimentos (adiamentos) de pagamentos em função da pandemia, como o Cofins, PIS/Pasep, receitas previdenciárias e IOF.

Na análise das finanças públicas do Espírito Santo, considerando o acumulado do ano até outubro, a receita total do Governo do Estado somou R\$ 15,5 bilhões, queda de -6,1% que representa -R\$ 1,0 bilhão nos cofres públicos em comparação ao mesmo período do ano passado.

No lado das despesas, foi liquidado um montante de R\$ 12,1 bilhões, aumento de 0,5% em relação ao acumulado do ano em 2019. Quando analisado sob a ótica da função do gasto público, o principal componente da despesa do governo estadual em 2020 segue sendo a saúde, com R\$ 2,7 bilhões (22,7% do total).

Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a outubro – em R\$ trilhões (a preços de setembro de 2020)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

1. Seção Destaque – Especialistas Convidados: Carlos Ragazzo¹ & Bruna Cataldo²

Open Banking e Demanda: Programas de Capacitação Financeira

A expansão das inovações financeiras – motivadas por um acelerado processo de digitalização e movimentações coordenadas de reguladores – é uma tendência mundial que percorre países de diferentes graus de desenvolvimento. O Brasil figura na fronteira dos acontecimentos regulatórios do setor financeiro, sendo puxado pelo crescimento da participação das Fintechs no país na última década e por uma ação ativa do Banco Central com a Agenda BC#³, inspirada em um caminho previamente traçado por outros órgãos reguladores como o *European Central Bank* (ECB) – sobretudo por meio da diretiva regulatória PSD2, que deu início ao movimento do Open Banking na União Europeia – e o *Reserve Bank of India* (RBI) e o *National Payments Corporation of India* (NPCI) – principalmente por meio da criação da plataforma de pagamentos instantâneos UPI.

Em particular, o movimento regulatório de Open Banking tem por propósito incentivar a criação de produtos mais adequados a diferentes perfis de consumidores, por meio da possibilidade de compartilhamento de informações, mediante consentimento, o que acaba com o monopólio de dados hoje nas mãos das grandes instituições financeiras. Uma frente específica que ele influenciará se dá na oferta mais personalizada e variada de crédito, com uma expectativa de atrair micro e pequenos empreendedores até então na margem do sistema financeiro formal⁴.

Assim, se cria uma estrutura regulatória para viabilizar maior competição, permitindo a pluralização dos serviços financeiros, o que, por sua vez, tem potencial impacto relevante de inclusão financeira, mesmo diante dos desafios de digitalização e das barreiras culturais e socioeconômicas.

Só que há um passo/preocupação adicional para fazer com que esse movimento regulatório alcance o seu real potencial de transformação: além de estar incluído e visível para o sistema financeiro, é preciso que o empreendedor seja capaz de navegá-lo e de fazer escolhas adequadas e conscientes. No caso de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), capacitar financeiramente⁵ empreendedores é considerado um princípio fundamental para que elas prosperem⁶, o que envolve a combinação de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que permitam tomar decisões financeiras eficazes para iniciar, administrar e garantir a sustentabilidade e crescimento do negócio.

Desenvolver a capacidade financeira dos consumidores se torna particularmente importante nos próximos anos, com a diversificação de produtos que o Open Banking irá produzir. Parte desse trabalho será feito pelos próprios ofertantes, mesmo porque a necessidade de uma melhor experiência com o produto será fundamental para o engajamento dos consumidores.

Mas é preciso discutir iniciativas privadas e públicas capazes de desenvolver capacitação financeira, para que empreendedores possam não apenas enxergar as inúmeras possibilidades que surgem a partir da tomada de crédito, mas principalmente saber escolher entre um menu maior de alternativas⁷.

Caso contrário, há evidências de que o aumento de opções pode inclusive ser prejudicial para a saúde financeira dos empreendedores⁸, uma vez que, se não houver conhecimento suficiente, o aumento do consumo de crédito poder levar a superendividamento e não a desenvolvimento⁹.

¹ Professor da FGV Direito Rio. Mestre e doutor em Direito pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Propague. Foi conselheiro e superintendente geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

² Mestre e doutoranda em Economia pela UFF (Universidade Federal Fluminense). Pesquisadora associada ao Instituto Propague.

³ Saiba mais em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/bchashtag>

⁴ Atkinson (2017)

⁵ Capacidade financeira é definida internacionalmente como uma combinação de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que permitem ao empreendedor tomar decisões financeiras eficazes para iniciar, administrar e garantir a sustentabilidade do seu negócio. Políticas para desenvolvê-la incluem, mas não se limitam a educação financeira formal.

⁶ OCDE (2018)

⁷ Atkinson (2017)

⁸ OCDE/CAF (2020)

⁹ Lusardi e Tufano (2009)

Esse problema se estende a toda ideia de cidadania financeira: pessoas que não conseguem navegar o sistema financeiro adequadamente podem ter perdas de bem-estar, por não conseguirem poupar para o futuro, usufruir de oportunidades de financiamento em negócios, gastar excessivamente por dificuldades com gestão orçamentária, dentre outros problemas.

Torna-se uma questão social em que a falta de capacidade financeira pode prejudicar o pleno exercício da cidadania e funcionar como mais uma das dinâmicas que contribuem para pobreza e desigualdade. Essa relevância já é inclusive reconhecida pelo Banco Central¹⁰, que associa o desenvolvimento de capacidades ao atendimento das condições de cidadania financeira, à qual atribui benefícios ao bem-estar, saúde, pobreza, igualdade como todo e de gênero, além de estabilidade e crescimento econômico.

Esse tema se mostra particularmente relevante porque os indicadores de capacidade financeira no Brasil ainda mostram um cenário desafiador diante das prováveis oportunidades que serão trazidas por movimentos como o Open Banking. Na pesquisa realizada pela OCDE para medir a capacidade financeira dos países do G20, o Brasil pontuou abaixo da média não só do G20¹¹, mas também dos países da América Latina¹². A pesquisa analisa conhecimentos, habilidades e atitudes básicas com relação aos aspectos financeiros da vida como: tomada de decisões financeiras no dia-a-dia para si e para o domicílio, comportamentos orçamentários, formas de poupança, resiliência financeira a choques externos, planejamento para aposentadoria, conhecimento de produtos financeiros, escolha de produtos financeiros, como a escolha de produtos é feita e quais informações a influenciam, conhecimentos de matemática como divisão, juros simples e juros compostos e conhecimentos sobre diversificação, inflação e relação entre risco e recompensa.

Analisando alguns indicadores específicos do país, apenas 63% dos brasileiros tenta tomar decisões financeiras bem

informadas; ou seja, buscam ativamente informações sobre as características importantes de um produto ao fazer uma escolha. Idealmente, essas informações devem ser imparciais para que a pessoa faça comparações tanto entre produtos, quanto entre fornecedores. Isso envolve algum grau de resolução de problemas, análise crítica e conhecimento sobre conceitos financeiros chave, área em que o Brasil tem problemas. Dois em cinco brasileiros não conseguiram responder o que é inflação, apenas 50% conseguem calcular um montante de principal mais juros, só 30% conseguem calcular juros compostos para um período de 5 anos e apenas 18% acertam perguntas tanto de juros simples como compostos.

Juntando os resultados mencionados acima, o indicador de conhecimento financeiro do Brasil é de 48%¹³: ou seja, mais da metade dos brasileiros não alcança o score básico de conhecimento. Além disso, 50% dos brasileiros não alcança scores mínimos de atitude financeira, indicador que mede as preferências de curto prazo que podem dificultar o desenvolvimento de melhorias de resiliência financeira e bem-estar.

O problema não é exclusivo do Brasil: apesar de estar abaixo das médias do G20 em diversos indicadores, a maioria dos países apresenta números insuficientes. No entanto, o Brasil tem um desafio adicional para a capacitação, por ser um dos países em que foi identificada uma tendência de as pessoas superestimarem seu conhecimento financeiro¹⁴, o que pode ser um entrave relevante para estimular empreendedores a buscar programas de qualificação.

Esses dados evidenciam que qualquer intervenção focada no desenvolvimento de capacidade financeira das MPes terá que lidar com a questão de capacidade financeira pessoal básica do brasileiro, especialmente considerando o perfil socioeconômico de uma parcela grande dos empreendedores por trás dessas empresas e a informalidade.

¹⁰ Banco Central (2018)

¹¹ OCDE (2017)

¹² OCDE/CAF (2020)

¹³ OCDE (2017)

¹⁴ OCDE (2017)

O desenvolvimento de capacidade financeira é particularmente relevante para a tomada de crédito, sendo que este é um empecilho significativo para o desenvolvimento de MPEs. Financiamento é um dos principais entraves identificados para criá-las e fazê-las crescer, sendo que uma das causas de dificuldade para se financiar é justamente a falta de capacidade financeira individual do empreendedor¹⁵.

Exemplos internacionais de programas de capacitação financeira demonstram resultados positivos trazidos por iniciativas voltadas para pequenas empresas.

Embora os exemplos de políticas/iniciativas não sejam numerosos, Atkinson (2017) demonstrou que projetos de capacitação financeira aumentam a probabilidade de empréstimos serem pagos corretamente, reduzindo ainda os índices de fracasso do negócio, experiência essa corroborada por empréstimos tomados por empreendedores canadenses em programas da Canadian Youth Business Foundation. E o mesmo ocorre em países em desenvolvimento: no Quênia, programas de capacidade financeira focados especificamente em MPEs geraram aumento das receitas, melhorando a sua gestão de crédito, o que teve um impacto positivo e sistêmico no portfólio de empréstimos.

Além de programas específicos, há países que possuem ferramentas de consulta com fins informativos voltadas especificamente para crédito. A Austrália, por exemplo, possui uma plataforma digital chamada *"Seeking Finance"*¹⁶, na qual são oferecidos materiais e cursos que ensinam empreendedores potenciais e já detentores dos seus negócios diferentes formas de conseguir financiamento. Os materiais vão desde guias básicos chamados *"101 guide: reasons and options for seeking finance"*, a tutoriais e artigos temáticos com diferentes graus de dificuldade (ex: como aplicar para financiamento, como valorizar um negócio, como fazer um *crowdfundind*, como aplicar para *venture capital* etc.). Já no Reino Unido, a *"UK Finance"* oferece treinamentos, *workshops*, *webinars* e *e-learning* para o grupo de empresas que representa nas áreas de crédito, pagamentos e prevenção

contra fraudes, possuindo guias específicos para MPEs. Funciona a partir de assinaturas para que as empresas se tornem membros e possam acessar os treinamentos.

Para além de iniciativas nacionais, a OCDE e a Comissão Europeia construíram estruturas de competências financeiras especificamente voltadas para empresários de MPEs¹⁷. As matrizes de habilidades desenvolvidas a partir da metodologia de inventário de boas práticas objetivam informar a implementação de políticas, sejam estratégias nacionais, programas públicos locais ou até privados. A OCDE recomenda que a capacitação foque em 3 áreas: conhecimento, habilidades e atitudes. No que tange à questão do crédito e focando no conhecimento básico e voltado para informais e MPEs, se entende por conhecimento o empreendedor (i) ser capaz de saber quanto dinheiro precisa para iniciar o negócio e se tornar operacional, (ii) entender quanto do capital inicial para o empreendimento precisa ser captado em fontes externas, e (iii) as implicações da obtenção de financiamento de diferentes fontes (incluindo família e amigos).

Já habilidades básicas a serem objeto de iniciativas de capacitação financeira incluem o desenvolvimento de aptidão para: (i) avaliar o custo real de abertura de uma empresa e desenhar planos concretos para atender a esses custos, (ii) conseguir tomar decisões informadas sobre financiamento, identificando custos e benefícios de diferentes opções, e (iii) buscar ativamente diferentes provedores de financiamento. Por fim, o programa precisa focar em criar atitude de confiança para navegar por diferentes tipos de financiamento de diferentes tipos de provedores¹⁸.

A Comissão Europeia segue na mesma linha, considerando ser necessário que os empreendedores sejam capazes de desenhar um orçamento e usar recursos de maneira responsável no nível básico, encontrar diversas fontes de financiamento e gerenciar o orçamento a partir dessas opções no intermediário, definindo estratégias para mobilizar recursos para fazer planos de longo prazo sustentáveis financeiramente no avançado¹⁹. Muda a forma de apresentação, mas o quadro geral de habilidades apontados como boas práticas para políticas de capacitação em crédito é o mesmo.

¹⁵ Atkinson (2017)

¹⁶ <https://business.gov.au/finance/seeking-finance>

¹⁷ OCDE (2018), Bacigalupo *et al.* (2016)

¹⁸ Ver OCDE (2018) para matriz completa

¹⁹ Ver Bacigalupo *et al.* (2016) para matriz completa

Olhando para como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) do Brasil se relaciona com esses diagnósticos, é possível notar que existe espaço, privado e público, para desenvolver iniciativas de capacitação focadas para reagir às mudanças regulatórias atualmente em curso, sobretudo diante da possibilidade de inclusão maior de empresas no perfil de MPEs.

A estratégia reúne representantes de 8 órgãos e entidades governamentais, que formam o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBFEF). As ações são compostas por programas transversais e setoriais que são coordenados de maneira centralizada, mas executados de forma descentralizada.

É importante notar que, apesar de as MPEs serem contempladas como público específico de iniciativas de capacitação executadas na ENEF, 78% das ações são genéricas, não tendo público-alvo específico no recorte de porte de empresa²⁰. No entanto, com o potencial trazido pelo Open Banking faz sentido focar nas MPES, dado que as habilidades adequadas de escolha e gestão de crédito não são as mesmas entre um microempreendedor informal, o dono de uma pequena ou média empresa e o de uma grande. Esse é um ponto de atenção, dado que é de se esperar que o grau de capacidade financeira individual de partida também seja consideravelmente díspar, dificultando que intervenções genéricas sejam capazes de beneficiar a todos. Além disso, outro ponto importante diz respeito ao fato de que, atualmente, a grande parte das iniciativas está voltada para jovens: 88% tem como público-alvo a comunidade escolar ou universitária, sendo que 58%²¹ são realizadas em escolas.

No entanto, embora o foco nas gerações futuras faça sentido, o potencial regulatório transformacional do Open Banking somente poderá ser atingido com ações específicas para a população adulta, empreendedores presentes e potenciais, cujas dificuldades com habilidades financeiras básicas representam barreiras para

desenvolvimento no mundo dos negócios, lembrando que financiamento é um dos principais desafios.

Essa frente pode avançar a partir das ações setoriais da ENEF que já foram desenvolvidas, como as tecnologias sociais criadas no trabalho com mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda e aposentados, o programa BC Cidadania do Banco Central, e os portais digitais organizados pela CVM e Febraban, o “Portal do investidor” e o “Meu bolso em dia”²² respectivamente. O primeiro possui foco em materiais voltados para investimentos e mercado de capitais, mas também tem apostilas para módulos de ensino de crédito. O segundo tem foco no relacionamento com instituições bancárias em diferentes frentes, crédito sendo uma delas. Pensar em algo semelhante com foco maior em crédito – nos moldes do Reino Unido e Austrália – ou adaptar os materiais de crédito para a nova realidade regulatória são possíveis caminhos dentre muitos que podem ser trabalhados internamente pelo Fórum responsável pela política para englobar essas novas frentes e encontrar gaps que precisem de novas ações. Além de aproveitar estruturas já existentes, é possível repensar a estratégia de implementação de ações setoriais com público alvo adulto para além dos dois grupos atuais – mulheres e aposentados²³ – e incluir empreendedores especificamente como uma opção para incentivar novas iniciativas.

As mudanças regulatórias atualmente em curso têm o condão de retirar barreiras históricas à competição no setor financeiro brasileiro, abrindo espaço para reverter quadros estruturais que impedem um maior desenvolvimento econômico, sobretudo a partir do fomento de MPEs. Diante do provável cenário de redução de preços e de diversificação na oferta de produtos financeiros que o Open Banking produz, as iniciativas de capacitação servirão para potencializar essa transformação, concretizando o conceito de cidadania financeira no Brasil.

²⁰ AEF-Brasil (2020)

²¹ AEF-Brasil (2020)

²² Banco Central (2013)

²³ Banco Central (2013)

Referências Bibliográficas:

AEF-Brasil. (2018). "Mapeamento de iniciativas de Educação financeira". Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/?doing_wp_cron=1605659263.1181330680847167968750. Acessado em: 13/11/2020

Atkinson, A. (2017), "Financial Education for MSMEs and Potential Entrepreneurs", OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 43, <http://dx.doi.org/10.1787/bb2cd70c-en>.

Bacigalupo, M., Kampylis, P., Punie, Y., Van den Brande, G. (2016). EntreComp: The Entrepreneurship Competence Framework. Luxembourg: Publication Office of the European Union; EUR 27939 EN; doi:10.2791/593884.

Banco Central. 2018. Report on Financial Citizenship. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publications/report_fincit/Report%20on%20Financial%20Citizenship%20-%202018.pdf. Acessado em: 19/11/2020

Banco Central. 2013. Brasil: implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acessado em: 21/11/2020

Lusardi, A; Tufani, P. 2009. Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. OECD-Brazilian International Conference on Financial Education.

OCDE/CAF (2020), Estrategias nacionales de inclusión y educación financiera en América Latina y el Caribe: retos de implementación. Disponível em: <http://www.oecd.org/financial/education/Estrategias-nacionales-de-inclusi%C3%B3n-y-educaci%C3%B3n-financiera-en-América-Latina-y-el-Caribe.pdf>. Acessado em: 13/11/2020

OECD (2018), OECD/INFE Core competencies framework on financial literacy for MSMEs. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/OECD-INFE-core-competencies-framework-on-financial-literacy-for-MSMEs.pdf>. Acessado em 15/11/2020

OECD (2017), G20/OECD INFE report on adult financial literacy in G20 countries. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/G20-OECD-INFE-report-adult-financial-literacy-in-G20-countries.pdf>. Acessado em: 16/11/2020

2. Atividade Econômica

De acordo com o painel informativo da Universidade Johns Hopkins²⁴, até 26/11 o número total de casos da Covid-19 no mundo ultrapassa a marca de 61 milhões, sendo os Estados Unidos o país com o maior número de pessoas infectadas, na ordem de 12,9 milhões, seguidos de Índia (9,3 milhões) e Brasil (6,2 milhões). A taxa de incidência, ou seja, o número de casos em relação ao tamanho da população nesses países é de 3.915,3 para os Estados Unidos, 2.952,4 para o Brasil e 681,3 para a Índia. Em relação ao número de óbitos, a marca global é de 1,4 milhão de mortes, sendo os Estados Unidos (263,5 mil)

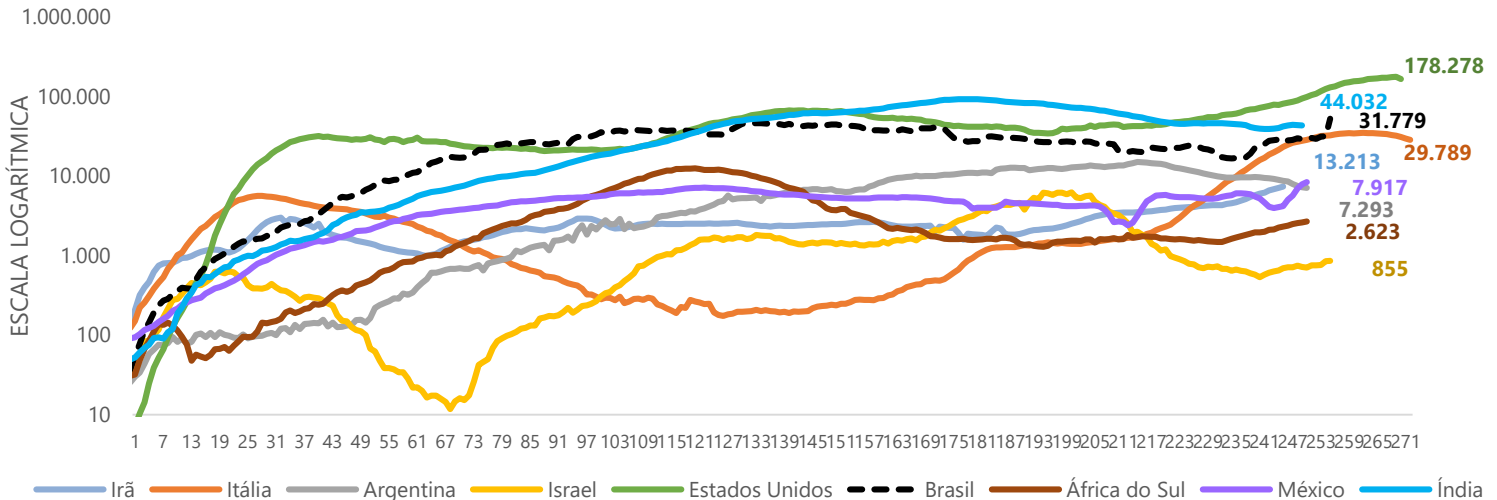
com os maiores registros, seguido de Brasil (171,5 mil) e Índia (135,7 mil). De acordo com os dados da Sesa²⁵, no Espírito Santo o número de casos está em 184,8 mil e o de óbitos em 4,2 mil.

Apenas no dia 17 de novembro, foram registrados 11.274 óbitos em todo o mundo, um novo recorde diário de mortes causadas pela Covid-19, sendo que o recorde anterior havia sido no dia 11 do mesmo mês. Com o aumento no número de casos e óbitos, muitos governos – principalmente na Europa – passaram a adotar medidas

²⁴ Veja os dados atualizados em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

²⁵ Confira as informações sobre a Covid-19 no Espírito Santo em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>

Gráfico 1 - Evolução de novos casos diários - Média móvel de 7 dias - A partir do 50º caso



Fonte: Ideies

Elaboração: Ideies/Findes

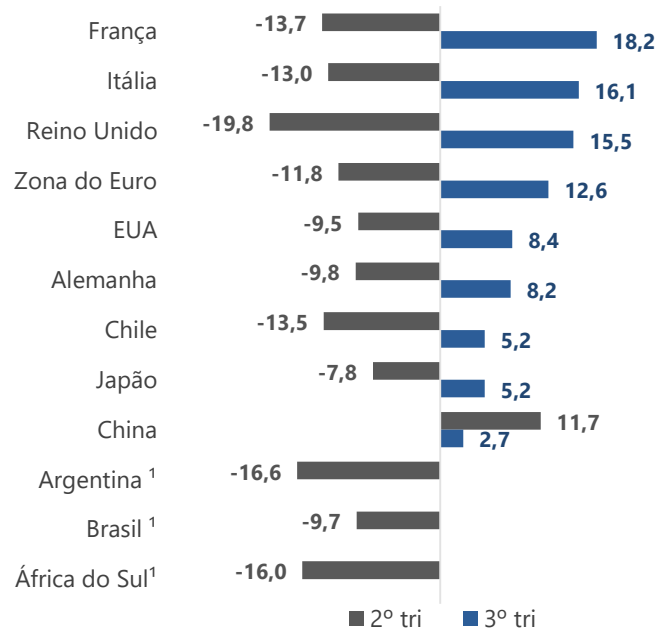
locais e pontuais para enfrentar esta “segunda onda²⁶”. Como por exemplo, Grécia, Reino Unido, França, Itália e Alemanha determinaram o fechamento de bares, restaurantes e comércio não essencial, porém continuaram com as atividades escolares presenciais. O Irã e também a Itália optaram por intensificar as medidas de acordo com o maior grau de infecção das cidades. Já a Ucrânia adotou um esquema de lockdown durante os finais de semana. A Suécia, que na 1ª onda foi criticada pelos órgãos de saúde por não impor medidas restritivas, neste momento optou pela orientação aos cidadãos em evitar transportes públicos, academias, restaurantes e festas, bem como proibiu reuniões públicas com mais de oito pessoas. Nos Estados Unidos, as medidas têm sido determinadas pelos governadores estaduais²⁷.

De maneira geral, os anúncios preveem duração dessas medidas até o final de novembro e algumas até dezembro, na tentativa de se evitar as medidas mais severas adotadas entre fevereiro e maio, e que repercutiriam negativamente sobre as economias que acabaram de retomar as suas atividades. Após os recuos dos PIBs no segundo trimestre, os resultados do terceiro trimestre evidenciam melhora nessas economias.

O PIB da Zona do Euro avançou 12,6% no terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre. Para os Estados Unidos,

Japão e China os crescimentos da economia neste período foram de 8,4%, 5,2% e 2,7%, respectivamente.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB trimestral de países selecionados – em relação ao trimestre imediatamente anterior



(1) Dados ainda não divulgados oficialmente para o 3º trimestre. Fontes: LCA, ESRI, BEA, Eurostat, Banco Central de Chile, StatsSA, INDEC, IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes

²⁶ A caracterização de novas ondas da Covid-19 diverge entre os especialistas. Apesar de (praticamente) concordarem que uma nova onda ocorre quando há elevação no número de casos após um período de baixa sistêmica, o que não é consenso é qual a métrica a ser utilizada para medir esta baixa. Alguns especialistas observam os dados de contágio enquanto outros os dados de óbitos. Sobre o contágio, uma variável que é observada nos estudos é a taxa de reprodução Rt. De acordo com a “Nota Técnica – 22/11/2020 Situação da Pandemia de Covid-19 no Brasil” elaborada por 6 pesquisadores de instituições nacionais, quando o valor de Rt for menor que 1, então a pandemia está controlada e, quando Rt for maior que 1, então a pandemia está em expansão.

²⁷ Confira algumas medidas adotadas pelos estados e cidades americanos, como o novo fechamento das escolas na cidade de Nova Iorque, em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/11/19/nova-york-volta-a-fechar-escolas.ghtml>

No Brasil, o PIB oficial está previsto para ser divulgado pelo IBGE no dia 03 de dezembro. Mas o Indicador de Atividade Econômica para o país (IBC-Br), estimado pelo Banco Central e que é interpretado como uma prévia do PIB, indica um avanço de 9,5% na economia brasileira no 3º trimestre, na comparação contra o trimestre imediatamente anterior.

Da mesma forma, os resultados das pesquisas conjunturais do IBGE revelam crescimento em todos os setores para o mesmo período de análise: 22,3% na produção industrial, 24,2% nas vendas do comércio ampliado e 8,6% no volume de serviços.

No Espírito Santo, o indicador de atividade econômica IBCR-ES avançou 6,1% no 3º trimestre, positivamente influenciado pelas altas de 25,1% na produção industrial, 22,9% no comércio varejista ampliado e 4,6% no volume de serviços.

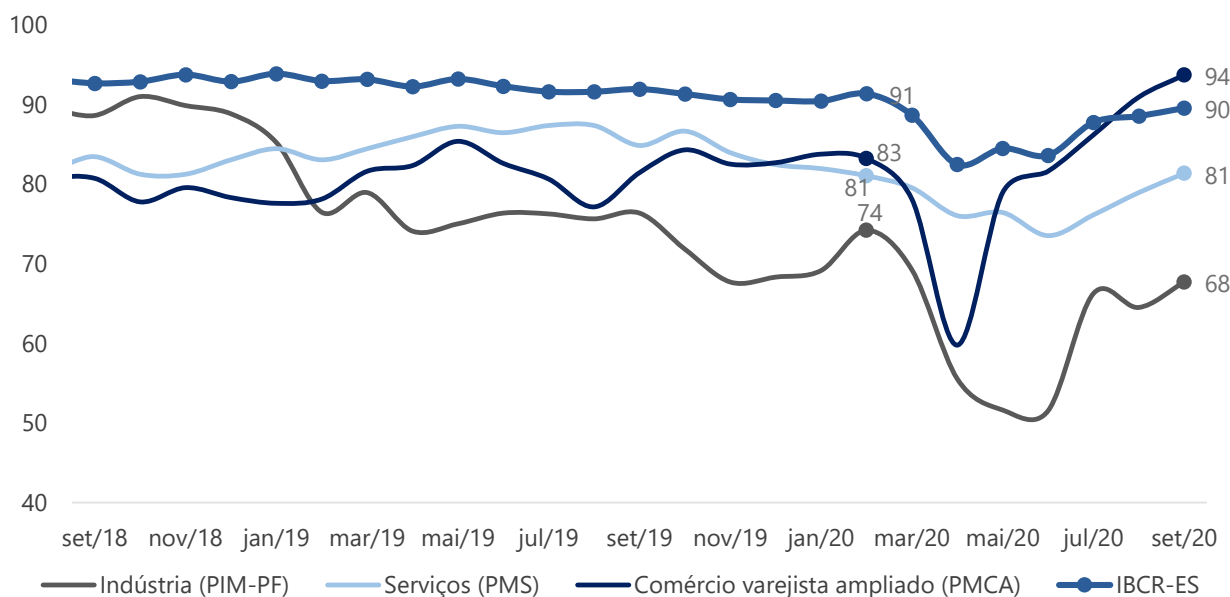
Na passagem de agosto para setembro, o IBCR-ES avançou 1,1%, terceiro resultado positivo nessa variação marginal,

puxado pelos desempenhos de todas as atividades: indústria (5,0%), serviços (3,0%) e comércio ampliado (3,1%).

Vale ressaltar que em setembro, o setor de serviços capixaba (diferentemente do nacional) atingiu o nível de volume registrado em fevereiro último, período de pré-pandemia. O setor comercial ultrapassou este patamar, enquanto a indústria ainda opera aquém do registrado no início do ano – mas em trajetória de relativa recuperação.

Contudo, apenas o setor comercial apresenta crescimento em relação ao mesmo mês do ano passado. Nesta base de comparação o comércio varejista ampliado avançou 13,5% no estado, devido às altas em quase todas as atividades comerciais, exceto a de livros, jornais, revistas e papelaria que apresentou queda de -8,0%. O destaque é para material de construção que avançou 109,2% em relação a setembro de 2019. Este segmento tem sido puxado pela alta demanda da construção civil, sobretudo pelas reformas residenciais.

Gráfico 3 - Índices mensais de atividades da economia, Espírito Santo - com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Quanto às expectativas para o PIB brasileiro no fechamento do ano, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia revisou a projeção que estava em -4,7% no penúltimo boletim para -4,5% no atual divulgado em novembro. De acordo com a SPE, essa expectativa de queda menor foi decorrente dos bons resultados das atividades econômicas no 3º trimestre. Para o ano de 2021, a expectativa é de crescimento do PIB em 3,2%.

Em relação às expectativas divulgadas pelo Relatório de Mercado Focus, do Banco Central, a projeção para o PIB nacional de 2020 também apresenta sinais menos pessimistas a cada semana. Nas últimas duas divulgações, a projeção do PIB passou de -4,66% para -4,55%. Para o próximo ano, a expectativa é de alta de 3,40%.

Vale ressaltar que alguns fatores de risco são responsáveis

pela ponderação do crescimento da economia no curto prazo. Entre eles está a elevação no número de casos de infecção pela Covid-19 no Brasil e no restante do mundo. Mesmo com os avanços nos estudos das vacinas, a volta do aumento de hospitalizações e de óbitos causados pela doença e que levam ao endurecimento das medidas restritivas, pode provocar efeitos sobre as atividades econômicas, principalmente no que diz respeito à restrição da mobilidade das pessoas que gera maior impacto sobre o setor de serviços.

Além da evolução da pandemia, entre os riscos associados à economia doméstica estão a aceleração da inflação, puxada pelo grupo de alimentos, pela recuperação da demanda interna, a condução da política de transferência de renda a partir de janeiro de 2021²⁸ e o cenário fiscal das contas públicas do governo federal.

Tabela 1 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Set 2020 / Ago 2020¹	Set 2020 / Set 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	1,29	-0,77	-4,93	-3,32
Índice de atividade econômica regional ES	1,15	-0,66	-5,33	-4,59
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	2,6	3,4	-7,2	-5,5
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	5,0	-11,0	-18,0	-19,3
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	1,2	7,4	-3,6	-1,4
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	3,1	22,7	2,0	3,2
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,6	7,3	0,0	0,9
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	1,8	13,5	2,5	2,9
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	1,8	-7,2	-8,8	-6,0
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	3,0	-2,6	-8,3	-5,4

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Quanto à arrecadação federal, de janeiro a outubro o montante arrecadado totalizou R\$ 1,20 trilhão, valor -9,45% inferior ao do mesmo período do ano passado, considerando a variação real. Segundo a Receita Federal, esse resultado é reflexo dos diferimentos de pagamentos ocasionados pela pandemia, os quais somam quase R\$ 48

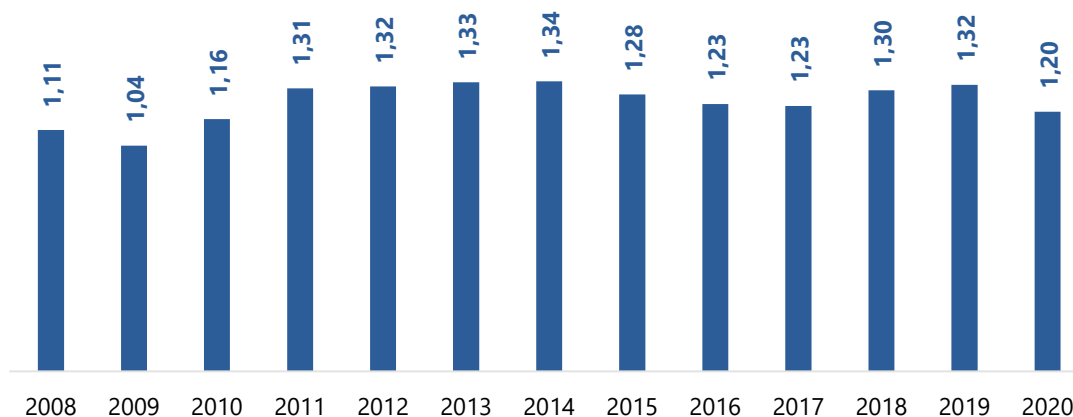
bilhões. Entre eles estão as quedas de -16,4% na arrecadação de Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS/Pasep (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), de -10,0% de Receita Previdenciária e -45,9% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

²⁸ Por meio da Medida Provisória nº 1.000, os repasses do recurso financeiro do auxílio emergencial foram estendidos até 31 de dezembro de 2020, porém com redução do valor da parcela de R\$ 600 para R\$ 300. Sem o auxílio a partir de janeiro de 2021, e somado à alta dos preços dos alimentos, espera-se que o poder de compra das famílias beneficiárias de mais baixa renda seja reduzido. O Governo já apresentou propostas de políticas de redistribuição de renda para serem adotadas no próximo ano, mas todas geraram repercussões negativas em decorrência da origem dos recursos a serem destinados para esta finalidade, e o desafio fiscal em que se encontra o país torna-se um agravante dessa situação.

Somente no mês de outubro as arrecadações foram de R\$ 153,9 bilhões, o que representa um acréscimo real de 9,6% em relação ao mesmo mês do ano passado e 27,4% em relação a setembro. Esses resultados foram decorrentes da

recuperação e melhora das atividades econômicas, o que repercutiu em um aumento de arrecadação no mês de outubro.

Gráfico 4 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a setembro – em R\$ trilhões (a preços de outubro de 2020)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

Box 1 - Posicionamento do Brasil no ranking de maiores economias do mundo em 2020

A partir das projeções do PIB de quase 200 países divulgadas pelo FMI em outubro²⁹, os economistas Marcel Balassiano e Claudio Considera do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) fizeram o exercício de posicionar o Brasil no ranking das maiores economias do mundo no ano de 2020³⁰.

Por meio da ótica do valor do PIB em dólares, o PIB do Brasil reduziria de US\$ 1,8 trilhão em 2019 para US\$ 1,4 trilhão em 2020. Com isso, o país que por quatro anos consecutivos ocupou a 7ª posição (2011-2014) e há dois anos mantinha-se em 9º lugar, perderia três postos e passaria para a 12ª maior economia do mundo, ficando atrás de Canadá, Coreia do Sul e Rússia.

Uma das grandes questões do estudo é que, se a pandemia abalou todo o mundo e a expectativa é de resultado negativo no PIB da maioria dos países, por que o Brasil desceria no ranking? A resposta está no fator câmbio. Em comparação com o final de 2019, a moeda brasileira já desvalorizou 40,0%.

Tabela 2 – Maiores Economias do Mundo em 2019 e 2020 (em US\$ trilhão – a preços correntes)

Rank.	País	PIB 2019	País	PIB 2020*
1º	EUA	21,4	EUA	20,8
2º	China	14,7	China	15,2
3º	Japão	5,1	Japão	4,9
4º	Alemanha	3,9	Alemanha	3,8
5º	Índia	2,9	Reino Unido	2,6
6º	Reino Unido	2,8	Índia	2,6
7º	França	2,7	França	2,6
8º	Itália	2	Itália	1,8
9º	Brasil	1,8	Canadá	1,6
10º			Coreia do Sul	1,6
11º			Rússia	1,5
12º			Brasil	1,4

*Projeção. Valores do PIB em US\$, preços correntes.
Fonte: IBRE/FGV

²⁹ Veja a abordagem sobre as projeções do FMI no penúltimo Boletim em: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/816/original/Boletim-Outubro_2020.pdf?1604088651

³⁰ Confira o estudo completo em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/como-o-brasil-se-situa-entre-maiores-economias-do-mundo-no-pos-covid>

Porém, na ótica da Paridade do Poder de Compra (PPP) – uma abordagem que exclui o efeito câmbio e considera o custo de vida – o PIB do Brasil passaria de US\$ 3,2 trilhões em 2019 para 3,1 trilhões em 2020, mas subiria duas posições no ranking. Assim, O Brasil deixaria de ser a 10ª maior economia do mundo para ser a 8ª.

Por fim, o estudo ressalta que a crise provocada pela pandemia não é a “origem” dos problemas do Brasil. Antes da Covid-19 o país estava passando por um processo lento e gradual de recuperação após a recessão do período de 2014-2016. Nas palavras dos autores, “Caso não tivesse o coronavírus, a década atual já seria a ‘mais perdida’ em termos de crescimento econômico dos últimos 120 anos, pior do que os anos 1980, chamados de ‘década perdida’. Com a crise deste ano, a década vai ter uma estagnação entre 2011 e 2020 (crescimento nulo, próximo de 0%)”.

Tabela 3 – Maiores Economias do Mundo em 2019 e 2020 (em US\$ trilhão – PPP, a preços correntes)

Rank.	País	PIB 2019	País	PIB 2020*
1º	China	23,4	China	24,2
2º	EUA	21,4	EUA	20,8
3º	Índia	9,5	Índia	8,7
4º	Japão	5,5	Japão	5,2
5º	Alemanha	4,7	Alemanha	4,5
6º	Rússia	4,1	Rússia	4,0
7º	Indonésia	3,3	Indonésia	3,3
8º	Reino Unido	3,3	Brasil	3,1
9º	França	3,2	Reino Unido	3,0
10º	Brasil	3,2	França	3,0

(*) Projeção. Valores do PIB em US\$, PPP, preços correntes.

Fonte: IBRE/FGV

3. Desempenho Industrial

De janeiro a setembro de 2020, a produção física da indústria brasileira, calculada pela PIM-PF do IBGE, recuou -7,2% frente ao mesmo período do ano anterior. Tanto a indústria extrativa (-2,3%) como a de transformação (-7,8%) apresentaram quedas no acumulado deste ano.

Apenas na comparação de setembro de 2020 contra igual mês de 2019, a indústria nacional avançou 3,4%, interrompendo dez meses de resultados negativos.

Na passagem de agosto para setembro, a produção industrial brasileira expandiu em 2,6%, quinta alta consecutiva nessa base de comparação.

Os setores que mais contribuíram para esse crescimento

foram veículos automotores, reboques e carrocerias (14,1%), máquinas e equipamentos (12,6%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (16,5%).

Com o resultado positivo de setembro, a indústria nacional eliminou a perda de -27,1% acumulada entre os meses de março e abril, quando vigoraram medidas de distanciamento social mais restritivas por todo o país para combater a disseminação da Covid-19.

No nono mês do ano, o desempenho do setor ficou 0,2% acima do registrado em fevereiro, mês que antecedeu o início dessas medidas. No total, nove estados retornaram ao patamar de produção pré-pandemia: Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Pará, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Tabela 4 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – setembro 2020

	Set 2020/ Ago 2020*	Set 2020/ Set 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	2,6	3,4	-7,2	-5,5
Indústrias extrativas	-3,7	-4,1	-2,3	-4,4
Indústrias de transformação	3,9	4,4	-7,8	-5,6
Bens de Capital	7,0	-2,0	-17,9	-14,4
Bens Intermediários	1,3	5,5	-3,1	-2,7
Bens de Consumo	4,6	1,9	-11,8	-8,2
Bens de consumo duráveis	10,7	2,2	-26,7	-19,4
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	3,7	1,8	-7,6	-5,1
Bens não especificados anteriormente	-	-25,0	-19,6	-16,1

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

O Espírito Santo, por sua vez, registrou uma queda na indústria mais acentuada que a média brasileira. No acumulado de 2020, o desempenho da indústria capixaba foi de -18,0%, frente a redução nacional de -7,2%. Dentre as atividades pesquisadas no estado, apenas a fabricação de celulose, papel e produtos de papel (9,6%) e os produtos alimentícios (2,4%) expandiram nesse período.

O resultado desta última foi puxado pela maior produção de açúcar cristal, massa alimentícias secas e carnes de bovinos.

Na comparação de setembro contra o mesmo mês de 2019, a indústria capixaba retraiu -11,0%, devido à menor produção da indústria extrativa (-28,5%). A indústria de transformação cresceu 5,1%, sob a influência das expansões nas atividades de fabricação de produtos alimentícios (24,3%), produtos de minerais não-metálicos (16,9%) e de celulose, papel e produtos de papel (3,1%).

Tabela 5 – Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – setembro de 2020

	Set 2020/ Ago 2020*	Set 2020/ Set 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	5,0	-11,0	-18,0	-19,3
Indústrias extrativas	13,1	-28,2	-29,9	-30,5
Indústrias de transformação	-2,6	5,1	-7,4	-8,9
Fabricação de produtos alimentícios	6,1	24,3	2,4	4,4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-24,0	3,1	9,6	-7,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	11,3	16,9	-8,1	-4,6
Metalurgia	-0,5	-16,8	-21,5	-21,8

(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

No 3º trimestre, a produção da indústria capixaba aumentou 25,1% em relação ao 2º trimestre, variação superior à média nacional (22,3%). No Espírito Santo, a indústria extrativa permaneceu estável (0,0%) e a indústria de transformação avançou 31,4% no trimestre.

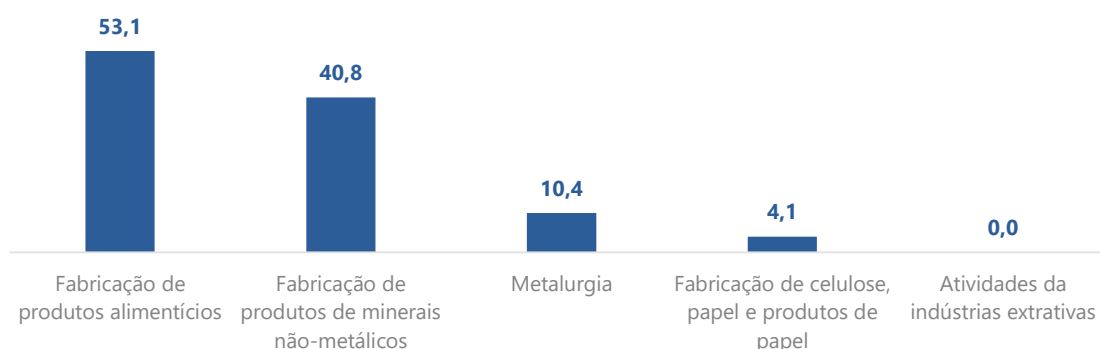
Nesse período, as maiores expansões ocorreram na fabricação de produtos alimentícios (53,1%) e produtos de minerais não-metálicos (40,8%). O desempenho desta última tem sido influenciado pela expansão da demanda da construção por produtos como os cimentos "portland" e a massa de concreto. Já a metalurgia avançou 10,4%, resultado positivamente impactado pelo religamento dos alto-fornos nº 2 e nº 3 da ArcelorMittal Tubarão³¹.

³¹ O religamento ocorreu por causa da melhoria das condições de mercado, da demanda doméstica e internacional e de uma posição de custo mais favorável na empresa Saiba mais no Relatório do 3º trimestre da ArcelorMittal: <https://corporate-media.arcelormittal.com/media/zziaj401/3q20-earnings-release-5-nov-20.pdf>

A fabricação de celulose, papel e produtos de papel cresceu 4,1% na passagem do 2º para o 3º trimestre do ano. De acordo com o relatório trimestral da Suzano³², a rápida retomada das atividades econômicas na China favoreceu o gradual aquecimento da demanda por papéis de imprimir e escrever e por papéis sanitários. Esses produtos também

foram beneficiados pelo aumento da demanda europeia e no mercado da América do Norte. Por fim, os papéis para embalagens mantiveram o crescimento, impulsionados pela expansão das compras online e das entregas por delivery.

Gráfico 5 – Variação (%) da Produção Industrial no Espírito Santo - 3º trimestre de 2020 contra 2º trimestre de 2020



Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

A indústria capixaba expandiu 5,0% na passagem de agosto para setembro deste ano, puxado pelo crescimento de 13,1% na atividade extrativa. Apesar do setor capixaba registrar o 4º melhor resultado entre os locais pesquisados, ele ainda se encontra -8,8% abaixo do nível da produção industrial verificada em fevereiro deste ano.

A indústria de transformação retraiu -2,6% nessa base de comparação mensal, resultado da menor produção na fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-24,0%) e da metalurgia (-0,5%). O resultado da primeira atividade foi negativamente impactado por duas paradas para

manutenção nas linhas de produção da Suzano em Aracruz. Segundo o relatório trimestral da empresa, as manutenções deveriam ter ocorrido no primeiro semestre do ano, mas foram postergadas para o segundo devido à pandemia.

De acordo com os dados da ANP, a produção de petróleo e de gás natural no Espírito Santo totalizou 303.809 mil boe/d em outubro de 2020, quantidade 10,2% maior que a registrada no mês anterior.

Tanto a produção de gás natural (12,2%) quanto a de petróleo (9,9%) avançaram nessa passagem de mês. No Brasil, houve uma redução de -0,1% na extração total do setor.

Tabela 6 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – outubro de 2020

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm³/d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm³/d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	130.050	2.873.542	3.691.529	6.853	260.705	303.809
Variação (%) - acumulada no ano	6,7%	9,4%	8,8%	-13,5%	-12,4%	-12,5%
Variação (%) - out.20/ out.19	-1,2%	-3,0%	-2,6%	-0,2%	-13,7%	-12,0%
Variação (%) - out.20/set.20	3,8%	-1,2%	-0,1%	12,2%	9,9%	10,2%

Fonte: ANP

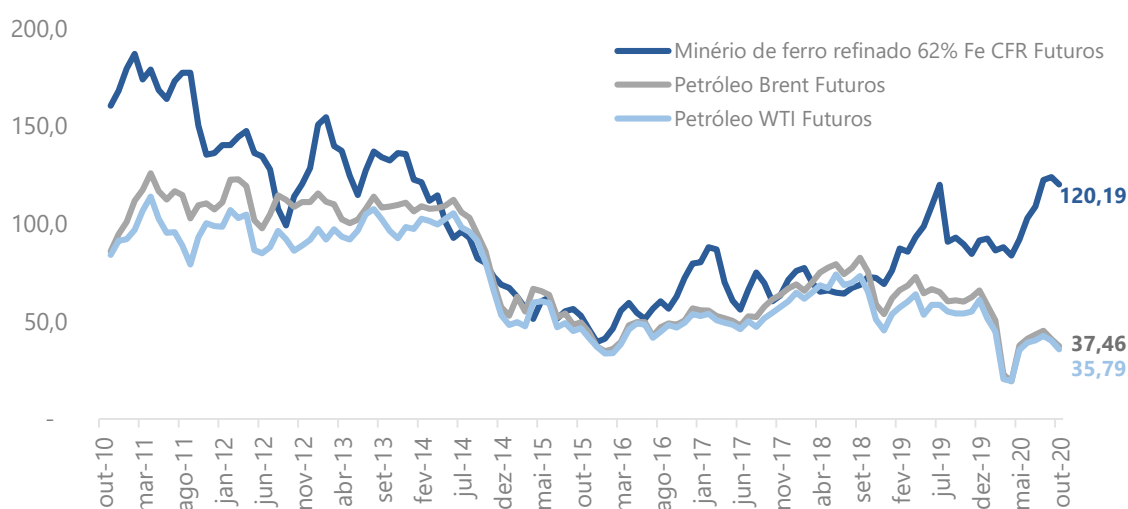
Elaboração: Ideies / Findes

³² Veja mais em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc_financials/quarterly/pt/2020/3t/Release-de-Resultados 3T20 PT vFinal.pdf

Apesar do bom resultado na passagem de mês no Espírito Santo, a indústria do petróleo passa novamente por momentos de incertezas provocadas pelo aumento dos casos de pessoas contaminadas com a Covid-19, principalmente, nos Estados Unidos e na Europa e, conseqüentemente, pela adoção de novas medidas de distanciamento social e de restrição à atividade econômica nesses países³³. De acordo com o Agência Internacional de

Energia (IAE, sigla em inglês) esse cenário provocará uma nova redução na demanda ao longo do 4º trimestre de 2020³⁴. Essa perspectiva pouco favorável impactou os preços dos contratos futuros de petróleo Brent e WTI que caíram, respectivamente, -8,5% e -11,0% na passagem de setembro para outubro. Além disso, a IAE afirmou que é improvável que as vacinas aumentem significativamente esse consumo até o próximo ano.

Gráfico 6 – Evolução mensal das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro



Fonte: Investing.com
Elaboração: Ideies / Findes

Em relação às exportações, no acumulado de janeiro a outubro de 2020, os valores das vendas externas da indústria do Espírito Santo retraíram em -US\$ 3,4 bilhões, frente ao mesmo período do ano anterior. Ao desconsiderar a exportação ficta³⁵, sob o regime *repetro-sped*³⁶, da plataforma de petróleo, a queda foi de -US\$1,9 bilhão.

Entre as 10 atividades industriais³⁷ que mais exportam no estado, apenas duas cresceram em 2020: a extração de minerais não-metálicos que aumentou suas vendas em US\$ 5,9 milhões; e a

fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos que avançou em US\$ 1,2 milhão.

Apenas na passagem de setembro para outubro, houve uma queda de -US\$ 2,1 milhões no valor exportado pela indústria capixaba. Esse resultado foi influenciado pela menor venda da extração de petróleo e gás natural (-US\$ 40,8 milhões) e da metalurgia (-US\$ 33,1 milhões). Em contrapartida, houve aumento de US\$ 38,7 milhões em extração de minerais metálicos, de US\$ 3,7 milhões em fabricação de celulose, papel e produtos de papel.

³³ Saiba mais em: https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/11/13/pandemia-reduz-projecoes-de-demanda-de-petroleo.ghtml?utm_source=newsletters+epbr&utm_campaign=f501376fcf-transicao_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_5931171aac-f501376fcf-190368205

³⁴ Saiba mais em: <https://www.iea.org/reports/oil-market-report-november-2020>

³⁵ Operação contábil de venda de produtos nacionais a empresas sediadas no exterior sem que o bem saia do território nacional.

³⁶ Trata-se de um regime aduaneiro especial que computa como exportação todos os produtos da indústria de petróleo e gás, chamados de "repetráveis", para isenta-los do pagamento de tributos federais e estaduais. Saiba mais em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/3423-nota-sobre-efeitos-do-repetro-sped-na-balanca-comercial>

³⁷ Juntas elas responderam por 98,4% das exportações da indústria do Espírito Santo.

Tabela 7 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo

Atividades industriais*	Jan - Out 2019			Jan - Out 2020		
	US\$ milhões	Mil toneladas	Part. no valor total da indústria	US\$ milhões	Mil toneladas	Part. no valor total da indústria
Metalurgia	1.826,5	18.064,2	25,72%	1.014,8	10.525,5	27,49%
Extração de Minerais Metálicos	1.481,1	2.928,0	20,86%	908,3	2.688,5	24,61%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	832,8	2.131,7	11,73%	423,0	1.662,3	11,46%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	513,7	1.138,9	7,23%	483,6	1.289,4	13,10%
Extração de Petróleo e Gás Natural	628,3	850,8	8,85%	580,2	836,2	15,72%
Extração de Minerais Não-Metálicos	91,9	549,7	1,29%	97,8	612,6	2,65%
Fabricação de Produtos Alimentícios	45,8	104,4	0,64%	37,2	80,8	1,01%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	98,2	27,9	1,38%	74,0	20,8	2,01%
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	14,6	8,9	0,21%	7,7	5,8	0,21%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	5,2	2,5	0,07%	6,4	3,6	0,17%
Demais atividades	1.562,7	90,3	22,01%	58,5	9,9	1,58%
Total da indústria	7.100,9	25.897,2	100,00%	3.691,6	17.735,4	100,00%

(*) Cnae 2.0

Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies / Findes

Ainda em outubro, tanto a geração (26,3%) quanto o consumo (0,6%) de energia elétrica no Espírito Santo cresceram frente ao mesmo mês de 2019. No décimo mês de 2020, foram gerados 1.077,5 MW Med de eletricidade e consumidos 1.446,1 MW Med. Em relação a este último,

houve a expansão em 7 dos 8 setores industriais fornecidos pela CCEE, com destaque para: minerais não-metálicos (61,0%); bebidas (40,0%); metalurgia e produtos de metal (24,2%); e químicos (23,7%).

Tabela 8 – Consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med

Setor	Ramo de Atividade	set/19	set/20	Variação set 20 / set 19
indústria geral	Alimentícios	21,3	22,4	5,0%
	Bebidas	0,9	1,3	40,0%
	Extração de minerais metálicos	132,1	63,1	-52,2%
	Madeira, papel e celulose	12,6	13,1	3,7%
	Manufaturados diversos	14,2	16,2	14,0%
	Metalurgia e produtos de metal	149,2	185,3	24,2%
	Minerais não-metálicos	47,2	76,0	61,0%
	Químicos	35,2	43,6	23,7%
Demais	Têxteis	-	0,04	s/f
	Comércio	21,6	24,5	13,5%
	Saneamento	0,8	1,3	61,7%
	Serviços	75,5	72,0	-4,7%
	Telecomunicações	2,1	2,8	36,7%
	Transporte	0,3	0,3	6,8%
	Veículos	2,1	2,9	39,9%

Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(*) Cnae domiciliar

Fonte: CCEE

Elaboração: Ideies / Findes

No que se refere à confiança do empresário industrial sobre a economia no Espírito Santo, medida pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), o indicador atingiu 60,3 pontos em outubro de 2020, 1,0 ponto abaixo do registrado no mês anterior. O recuo interrompe uma

seqüência de cinco meses consecutivos de crescimento nesse indicador. No entanto, a queda do décimo mês do ano não foi suficiente para reverter a tendência de aumento do ICEI, que perdura desde maio de 2020, e revela manutenção da confiança.

4. Preços, Juros e Crédito

Em outubro de 2020, a inflação brasileira medida pelo IPCA registrou uma variação acumulada de 3,92% em 12 meses, acelerando-se em relação aos 3,14% observados nos 12 meses até setembro. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o IPCA acumulado ficou em 3,96%.

No ano, o índice de preços oficial do país está em 2,22%. A RMGV, nesta mesma base de comparação, teve uma alta no IPCA de 2,68%. O índice mensal da RMGV subiu 0,91% em outubro, a maior variação já registrada para este mês desde o início da pesquisa de preços no estado pelo IBGE, em 2014. No Brasil, a inflação de outubro (0,86%) foi a maior para o mês desde 2002 (1,31%) e foi observado o aumento dos preços em todas as 16 regiões pesquisadas pelo IBGE.

A análise por grupos de produtos e serviços mostra que alimentação e bebidas continuam puxando a alta do IPCA no Brasil e na Grande Vitória ao longo de 2020. O crescimento foi mais intenso a partir do mês de agosto, pressionado pela inflação ao produtor (agrícola e industrial) e pela taxa de câmbio. Os preços dos alimentos no país subiram 9,37% no acumulado do ano e 13,75% na RMGV (gráfico 7).

Na RMGV, entre janeiro e outubro, os grupos transportes (-2,02%), vestuário (-2,50%) e educação (-2,87%) seguem com queda nos preços. Para o Brasil, os grupos transportes (-1,63%) e vestuário (-1,77%) registram variações negativas no acumulado de 2020, contrabalanceando a alta dos preços dos alimentos.

Além da inflação ao consumidor, os preços no atacado têm impactado os custos das matérias-primas e insumos utilizados pela indústria. O Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)³⁸ mostra que a alta de 20,93% nos últimos 12 meses é explicada pela aceleração dos preços no atacado (Índice de Preços por Atacado – IPA)³⁹, que registrou uma variação de 29,16% no período.

Tabela 9 - Variação (%) do IPCA – Outubro de 2020

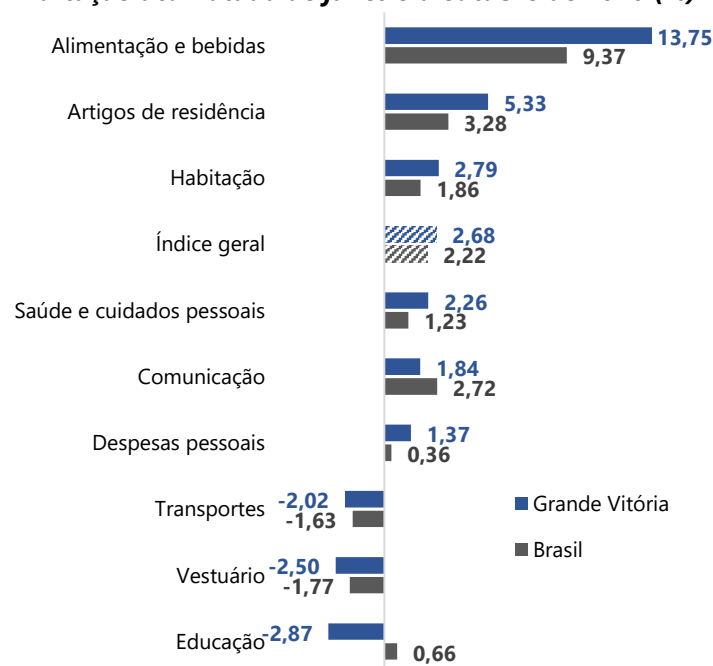
Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	0,86	0,91
Preços Livres	1,08	1,16
Preços Administrados	0,23	0,29
Acumulado no Ano	2,22	2,68
Preços Livres	2,93	3,24
Preços Administrados	0,15	1,36
Acumulado em 12 meses	3,92	3,96
Preços Livres	4,78	4,90
Preços Administrados	1,47	1,63

Nota: Os “preços administrados”, segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

Fonte: IBGE e Banco Central.

Elaboração: Ideies/Findes.

Gráfico 7 - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada de janeiro a outubro de 2020 (%)



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

³⁸ Esse índice de preços é comumente utilizado nos reajustes dos contratos de aluguéis

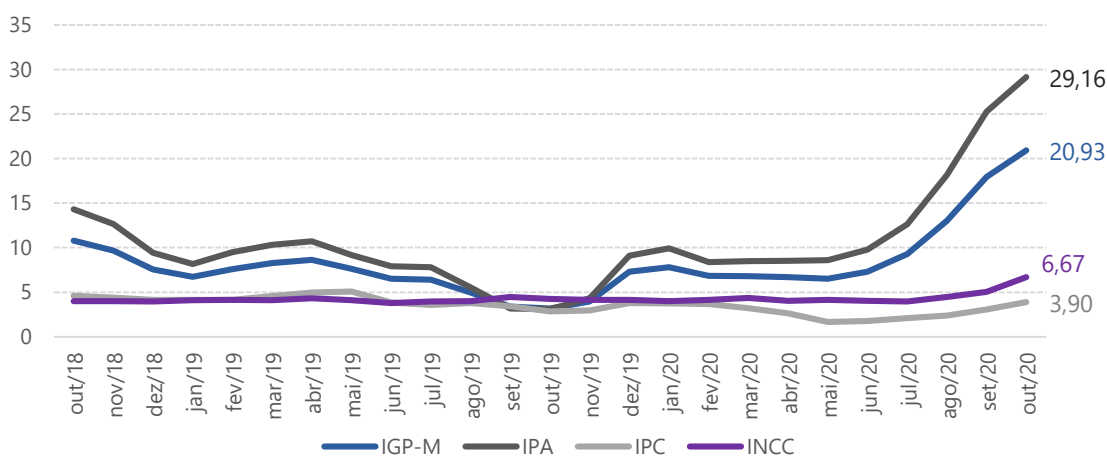
³⁹ O IPA representa 60% no IGP-M. O IPC e o INCC têm pesos de, respectivamente, 30% e 10% no cálculo do IGP-M.

Os demais índices que compõem o IGP-M, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), têm apresentado uma inflação mais estável, se comparado ao IPA, nos últimos 12 meses.

A alta dos preços no atacado ocorre tanto nos produtos agrícolas quanto nos produtos industriais. Nestes últimos, o levantamento da LCA Consultores mostra que, em

outubro, 81,8% dos produtos industriais pesquisados pela FGV apresentaram variação positiva para o mês. Essa maior disseminação do aumento dos preços de matérias-primas e insumos pode ser explicada pela depreciação cambial, pela alta nos preços das commodities e maior demanda externa, além da falta de estoques para atender à demanda interna reprimida em um cenário de recuperação da economia brasileira⁴⁰.

Gráfico 8 – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: FGV e LCA Consultores
Elaboração: Ideies/Findes

O entendimento do Comitê de Política Monetária (Copom), segundo a sua última reunião, sinaliza que a pressão inflacionária provocada pela alta nos preços dos alimentos e bens industriais é um choque temporário. Conforme foi exposto anteriormente, a elevada taxa de inflação observada no atacado traz uma preocupação para os produtores e como esse fenômeno pode impactar na dinâmica da inflação oficial do país⁴¹.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), em um estudo presente no Relatório de Inflação de setembro de 2020⁴² denominado “Dinâmica recente do IPA e relação com o IPCA”, as altas expressivas do IPA devem ser interpretadas levando em consideração as diferenças de composição destes índices. Ao contrário do IPCA, o IPA não inclui serviços, que têm peso significativo na

composição da cesta de consumo das famílias e “cujos preços têm apresentado variações historicamente baixas nos últimos meses”, podendo ser explicadas pelo viés deflacionário que a pandemia provocou nos serviços, devido às necessárias medidas de distanciamento social. O IPA inclui, por sua vez, bens que são em grande parte exportados, como soja e minério de ferro.

O Banco Central argumenta que o repasse do preço do produtor do bem final ao consumidor pode ocorrer, de forma parcial, para determinados itens do IPCA. Contudo, o BCB expõe que as condições atuais da economia, principalmente o elevado grau de ociosidade, podem contribuir para que um eventual repasse, do IPA para o IPCA, seja menor que o usual.

⁴⁰ Veja mais em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/inflacao-se-espalha-no-atacado-industrial,70003505498>

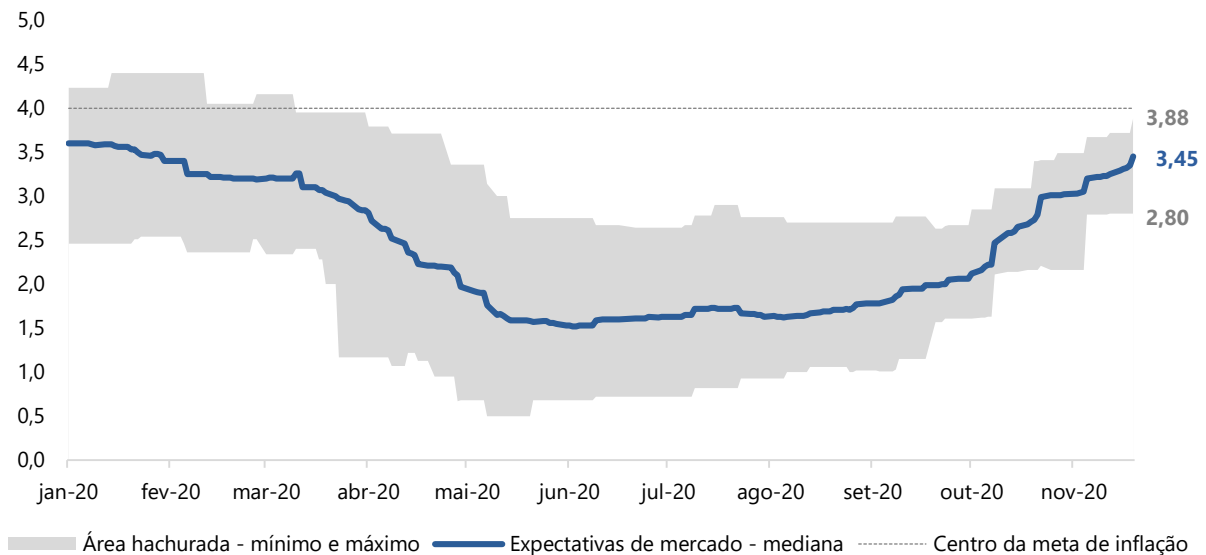
⁴¹ Os preços dos bens comercializáveis (“tradables”) devem seguir em patamar elevado até meados de 2021, o que pode contribuir para acelerar a inflação de alimentos e de bens industriais ao consumidor, segundo os analistas entrevistados pelo Valor Econômico. Veja mais em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/20/alta-forte-dos-comercializaveis-pressiona-ipca.ghtml>.

⁴² O Relatório de Inflação de setembro de 2020 está disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202009/ri202009p.pdf>

Em relação à meta de inflação para o ano de 2020, no acumulado dos 12 meses, a inflação oficial do país (3,92%) se aproximou da meta estabelecida para este ano⁴³. O último Relatório Focus, do dia 23 de novembro de 2020,

mostrou que a mediana das expectativas de mercado para o IPCA em 2020 ficou em 3,45%, com um comportamento semanal de 15 altas consecutivas das projeções de mercado.

Gráfico 9 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA – Variação (%) anual

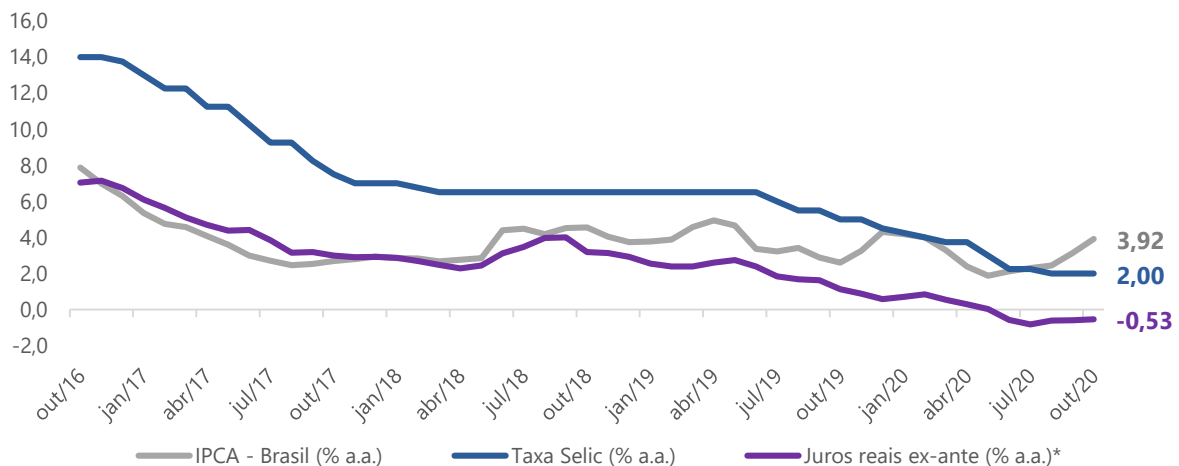


Fonte: BCB
Elaboração: Ideies/Findes

Com a manutenção da taxa Selic em 2,00% ao ano na última reunião do Copom do dia 28 de outubro e, mesmo com o aumento da taxa de inflação no curto prazo, os juros reais ex-ante da

economia brasileira seguem em território negativo desde junho. Após atingir -0,81% ao ano em julho, os juros reais ficaram em -0,53% ao ano na média de outubro.

Gráfico 10 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Nota: Dados do IPCA até setembro de 2020.

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

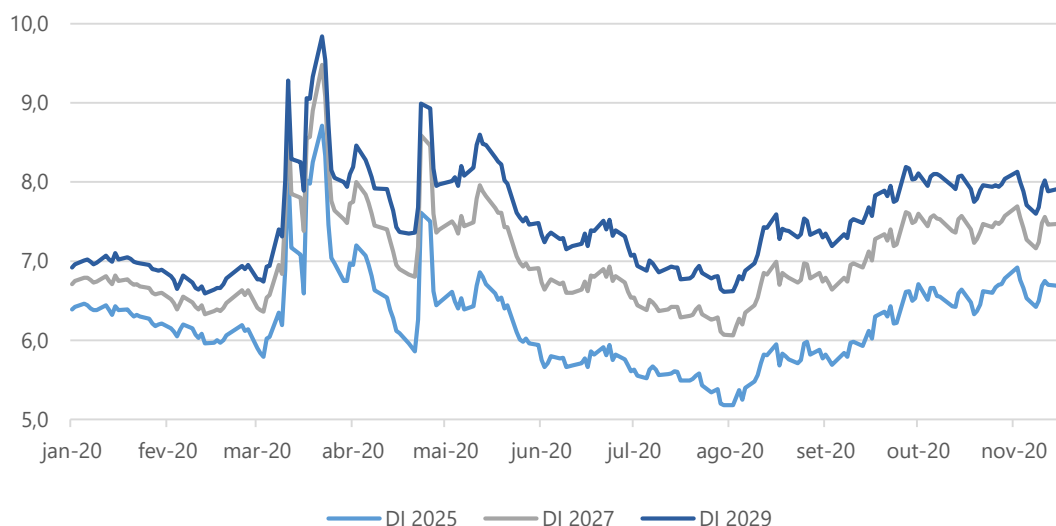
⁴³ A meta de inflação para 2020 é de 4,00% com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

A partir da “orientação futura” (*forward guidance*) do Banco Central⁴⁴ e das expectativas de mercado que a taxa básica de juros da economia brasileira feche o ano em 2,00% a.a. (taxa de curto prazo), o debate sobre o comportamento e aumento da curva de juros de longo prazo no Brasil tem se mostrado relevante na medida em que os agentes econômicos elevaram a sua preocupação com a “manutenção do regime fiscal”. Na edição do mês de outubro do Boletim Econômico Capixaba⁴⁵ foram abordadas as discussões da inclinação da curva de juros futuros, representadas pelas taxas dos contratos de Depósito Interfinanceiro (taxa DI)⁴⁶ e pelas

taxas de juros dos títulos da dívida pública brasileira e como o prêmio de risco fiscal embutido no juros do mercado têm influenciado na dinâmica recente da dívida pública brasileira.

O gráfico 11 mostra que as taxas futuras dos contratos de DI para os anos de 2025, 2027 e 2029 têm aumentado, revertendo a tendência de queda observada nos primeiros sete meses de 2020. Até o dia 18 de novembro, a taxa DI 2025 chegou a 6,79% a.a. Em julho, a taxa DI de um contrato para janeiro de 2025 estava em 5,18% ao ano.

Gráfico 11 – Curva de juros futuros – Taxa DI (%)



Fonte: B3 e LCA Consultores.
Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação à análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito no Brasil registrou um montante R\$ 3,8 trilhões, dos quais R\$ 1,7 trilhão foram destinados às empresas e R\$ 2,1 trilhões às famílias. O saldo total apresentou uma variação interanual de 13,1% em setembro, impulsionado pelo crescimento do montante de crédito às empresas, que teve um crescimento interanual de 18,3%.

O crédito direcionado cresceu 8,6% na passagem de agosto para setembro, puxado pelos recursos voltados às famílias (9,9%) e às empresas (6,5%). O saldo de crédito de recursos livres segue apresentando variação interanual positiva em setembro de 2020 (16,6%), influenciado pelo forte crescimento do crédito de recursos livres às empresas (26,5%), na mesma base de comparação.

⁴⁴ Veja a seção de destaque do Boletim Econômico Capixaba de setembro de 2020: <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/493-pec-de-setembro-traz-em-destaque-analise-sobre-a-inflacao-brasileira-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19>

⁴⁵ Veja mais em <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/502-kelvia-albuquerque-e-a-especialista-convidada-no-pec-de-outubro-e-escreve-sobre-a-importancia-da-analise-de-impacto-regulatorio-air>

⁴⁶ A taxa DI é obtida através das operações de Depósitos Interfinanceiros pré-fixados, pactuadas por um dia útil, sendo registradas e liquidadas pelo sistema B3 conforme determinação do Banco Central⁴⁶. Essas operações são emitidas por instituições financeiras e têm como objetivo viabilizar a transferência de recursos entre os participantes do mercado interfinanceiro. Acesse a metodologia de apuração da taxa DI em http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/di/metodologia-de-apuracao-da-taxa/

Para o Espírito Santo, o montante de crédito totalizou R\$ 56,6 bilhões em setembro e o saldo destinado às empresas capixabas foi de R\$ 24,0 bilhões, com um aumento de 16,1% em relação

ao registrado em setembro de 2019. Para as famílias, o crédito alcançou R\$ 32,6 bilhões, com um crescimento de 5,8% na comparação interanual.

Tabela 10 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Setembro/2019			Agosto/2020			Setembro/2020		
	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Varição no mês (%)	Varição Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Crédito Total	1,1	5,9	3.368,0	1,9	12,2	3.737,2	1,9	13,1	3.809,5
Pessoa Jurídica	1,2	-1,0	1.426,7	2,3	16,6	1.644,9	2,6	18,3	1.688,2
Pessoa Física	1,0	11,5	1.941,3	1,6	8,9	2.092,3	1,4	9,3	2.121,2
Recursos Livres	1,8	13,2	1.903,9	1,9	16,7	2.177,9	1,9	16,6	2.219,7
Pessoa Jurídica	2,6	9,1	843,6	2,2	26,8	1.042,5	2,4	26,5	1.067,0
Pessoa Física	1,1	16,7	1.060,3	1,7	8,3	1.135,4	1,5	8,7	1.152,7
Recursos Direcionados	0,2	-2,4	1.464,1	2,0	6,7	1.559,3	2,0	8,6	1.589,8
Pessoa Jurídica	-0,9	-12,6	583,1	2,6	2,4	602,5	3,1	6,5	621,2
Pessoa Física	1,0	5,9	881,0	1,6	9,7	956,9	1,2	9,9	968,6
Espírito Santo									
Credito Total	0,4	7,8	51,4	1,5	8,1	55,4	2,2	10,0	56,6
Pessoa Jurídica	0,3	7,1	20,6	0,9	12,1	23,1	3,9	16,2	24,0
Pessoa Física	-0,5	8,3	30,8	1,9	5,3	32,3	1,0	5,8	32,6

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

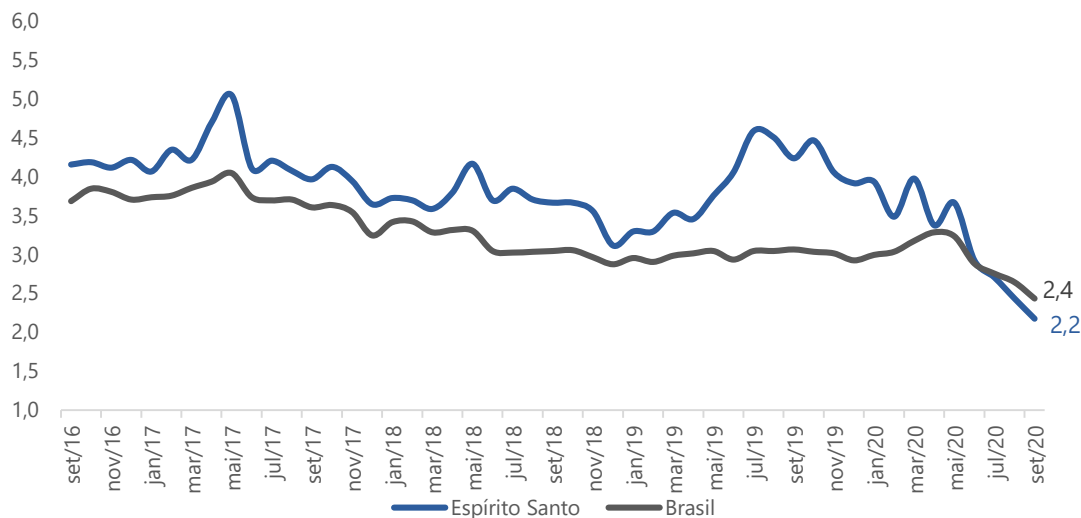
Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Ideies / Findes

A taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil reduziu em setembro e registrou 2,4%, devido às quedas na inadimplência das operações de crédito com as empresas (-0,3 p.p.) e com as famílias (-0,2 p.p.).

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência recuou -0,2 p.p. na passagem de agosto (2,4%) para setembro (2,2%). A taxa de inadimplência para as empresas e as famílias capixabas ficaram, respectivamente, em 1,0% e 3,0% no mês de setembro.

Gráfico 12 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil



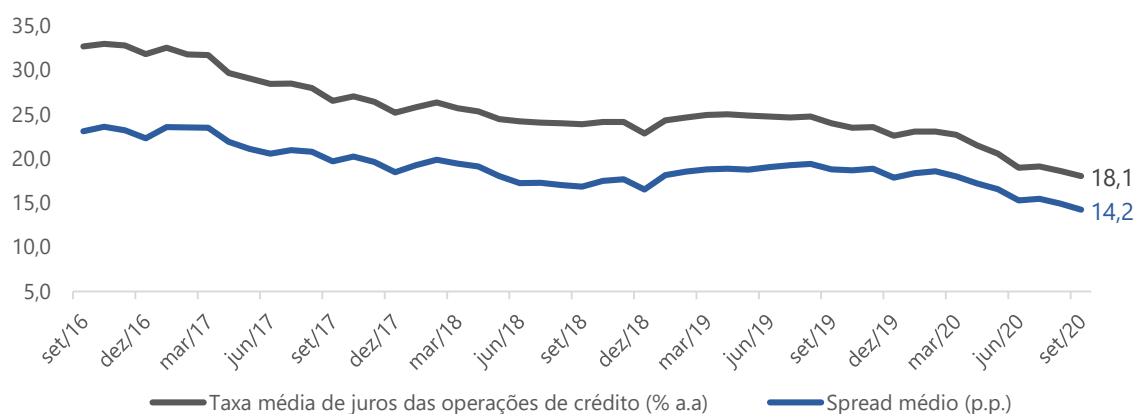
Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Ideies / Findes.

A taxa média de juros no país atingiu 18,1% a.a. em setembro, com uma redução de -0,6 p.p. em relação à taxa de agosto, influenciada pelas reduções das taxas de juros das operações do mercado de crédito nas modalidades de pessoas físicas e jurídicas. A taxa média de juros para as famílias ficou em 23,5% e para as empresas foi de 9,9% em setembro.

Seguindo o movimento das taxas médias de juros, o spread médio bancário no Brasil registrou queda de -0,7 p.p. na passagem de agosto (14,9 p.p.) para setembro (14,2 p.p.), com recuo tanto em relação ao spread médio cobrado às famílias quanto ao spread proveniente de operações com as empresas.

Gráfico 13 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ideies / Findes.

Na análise das taxas médias de juros praticadas pelas principais instituições financeiras, na comparação dos dados da primeira semana de novembro em relação à primeira semana de outubro, observa-se aumento na variação média total das taxas de juros ao ano cobradas por estas instituições nas modalidades de capital de giro de curto prazo (até 365 dias) e longo prazo (superior a 365 dias). As taxas de juros ao ano cobradas nas modalidades de conta garantida, desconto de duplicatas e de adiantamento sobre contratos de câmbio registraram

queda na comparação entre as primeiras semanas de outubro e novembro.

Para o Banestes, as taxas médias de juros mensal e anual aumentaram na linha de crédito de capital de giro de longo prazo (acima de 365 dias) ao mês (1,1 p.p.) e ao ano (15,9 p.p.). Após ter registrado alta de 8,0 p.p. ao ano na primeira semana de outubro, as taxas da linha de crédito de capital de desconto de duplicatas em novembro recuaram -0,8 p.p. e -11,3 p.p., respectivamente, ao mês e ao ano.

Tabela 11 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 03/11/2020 a 09/11/2020

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	0,9	10,7	0,9	11,8	2,4	32,3	1,0	12,0	0,3	3,2
Caixa Econômica	1,9	25,6	1,0	12,5	-	-	1,5	18,8	0,4	5,1
Santander	1,6	20,7	1,4	18,5	1,8	23,2	0,6	7,5	0,3	3,4
Itaú-Unibanco	0,9	11,0	1,2	15,3	2,5	35,0	0,9	11,2	0,3	3,6
Bradesco	1,2	14,9	1,4	17,8	2,6	36,7	0,6	7,7	0,4	4,5
Banestes	1,1	13,5	2,2	30,3	2,3	31,5	1,5	19,0	0,9	10,9
Média Total	1,3	16,6	1,2	15,2	2,3	31,8	0,9	11,5	0,3	3,9
Varição Banestes*	-	-	1,1	15,9	0,2	2,5	-0,8	-11,3	0,1	0,9
Varição média total*	0,3	3,5	0,1	1,0	-0,1	-0,8	-0,1	-1,4	0,0	-0,4

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/10/2020 a 07/10/2020

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central
Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes.

5. Finanças Públicas Estaduais

No último mês de outubro, o Governo do Estado do Espírito Santo contabilizou uma receita total de R\$ 1,6 bilhão, aumento real de 8,1% em comparação ao mesmo mês de 2019. Esta alta se deveu, principalmente, ao crescimento de 24,5% na arrecadação de ICMS.

Ainda na mesma base de comparação, as despesas do Governo do Estado tiveram queda real de -2,0% em outubro, totalizando R\$ 1,2 bilhão.

Na análise das finanças públicas estaduais considerando o acumulado do ano em seus dez primeiros meses, a receita total somou R\$ 15,5 bilhões, queda de -6,1% em comparação ao mesmo período do ano passado, o que representa -R\$ 1,0 bilhão a menos nos cofres públicos.

No lado das despesas, foi liquidado um montante de R\$ 12,1 bilhões, aumento de 0,5% em relação ao acumulado do ano em 2019⁴⁷.

Tabela 12 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2019 e 2020 (em R\$ milhões)¹

Receitas e despesas ²	Jan - Out	Jan - Out	Varição (R\$)	Varição (%)	Previsão	Realizado
	2019	2020	2020-2019	2020/2019	2020	2020 (%)
	(a)	(b)	(b) - (a)	(b) / (a)	(c)	(b) / (c)
Receita Total	16.502	15.502	-999	-6,1	19.749	78,5
Receita Tributária	11.438	11.394	-43	-0,4	13.067	87,2
ICMS Total	9.670	9.642	-28	-0,3	10.821	89,1
ICMS - Comércio	1.874	2.051	177	9,4	2.059	99,6
ICMS - Indústria	1.555	1.412	-143	-9,2	1.585	89,1
Outras Receitas Tributárias	1.768	1.753	-15	-0,8	2.247	78,0
Transferências Correntes	4.530	5.396	867	19,1	5.848	92,3
FPE	1.298	1.153	-144	-11,1	1.518	76,0
IPI	177	166	-11	-6,0	209	79,4
Royalties e Part. Especiais	1.494	1.025	-469	-31,4	2.257	45,4
Demais Transf. Correntes	1.561	3.052	1.490	95,4	1.864	163,7
Demais Receitas	5.321	3.502	-1.819	-34,2	6.112	57,3
(-) Deduções da Receita	-4.787	-4.790	-3	0,1	-5.278	90,7
Despesa Total	12.079	12.138	59	0,5	18.775	64,7
Pessoal e Encargos Sociais	7.444	7.082	-362	-4,9	10.917	64,9
Investimentos	586	840	253	43,2	1.731	48,5
Demais Despesas	4.048	4.216	168	4,1	6.126	68,8

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Apesar do destaque da recuperação da arrecadação de ICMS e da receita tributária no mês de outubro, na comparação do acumulado do ano essas rubricas ainda apresentam uma pequena retração em relação ao ano anterior, como mostra a tabela 12.

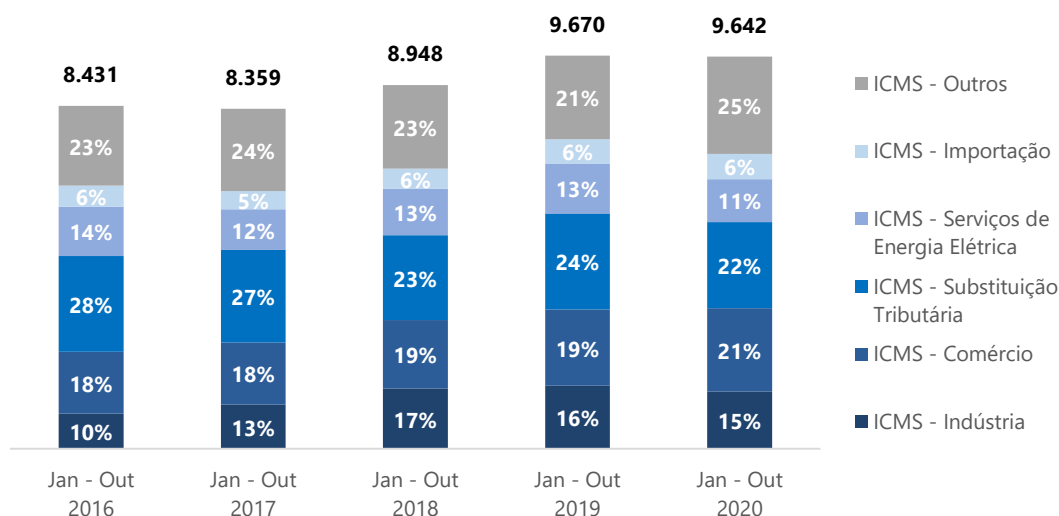
O ICMS arrecadado entre janeiro e outubro totalizou R\$ 9,6 bilhões, o que representa -R\$ 28,3 milhões

(ou -0,3%) a menos do que em 2019. Os comportamentos entre os principais componentes do imposto, no entanto, são diferentes.

Enquanto se verifica alta nas receitas do ICMS-Comércio (9,4%) e do ICMS-Importação (3,7%), há quedas no ICMS-Indústria (-9,2%), no ICMS-Substituição Tributária (-10,3%) e no ICMS-Serviços de Energia Elétrica (-14,3%).

⁴⁷ A diferença entre as receitas totais (R\$ 15,5 bi) e as despesas totais (R\$ 12,1 bi) do Governo do Estado de janeiro a outubro, que corresponde a R\$ 3,4 bilhões, não se trata de resultado de caixa ou de resultado primário, por incluir todas as receitas recebidas e todas as despesas liquidadas pelo Poder Executivo. Refere-se, portanto, apenas a um acompanhamento de fluxo orçamentário. Algo a ser destacado é que o Portal da Transparência do ES (fonte dos dados) ainda aponta as despesas referentes às funções do Poder Judiciário (R\$ 816 milhões) e do Poder Legislativo (R\$ 135 milhões), que não são englobadas nas análises deste Boletim.

Gráfico 14 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo



Nota: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2020

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

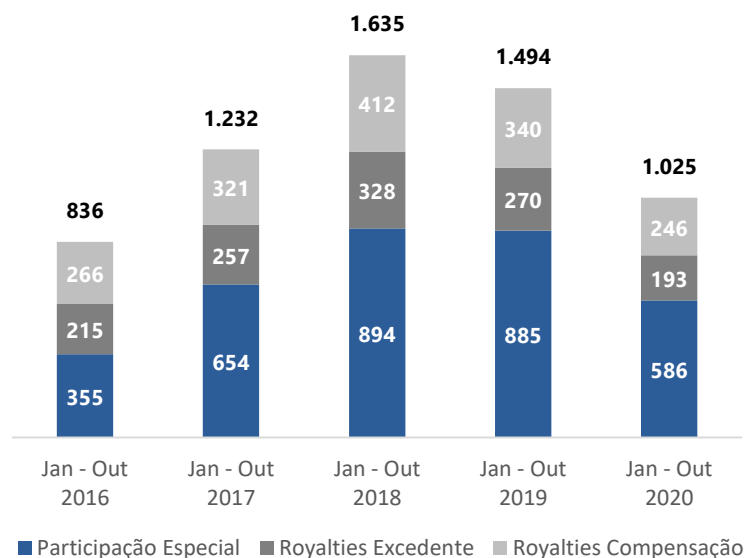
Outra fonte de receitas importantes para o Governo Estadual são os royalties e as participações especiais derivados da atividade de exploração de petróleo e gás natural.

No acumulado do ano até outubro as receitas do petróleo caíram -31,4%, representando -R\$ 468,6 milhões. A principal perda se deu nas participações especiais (-33,8%).

Apesar do desempenho negativo no ano das receitas de petróleo, bem como dos recebimentos relativos ao Fundo de Participações dos Estados (FPE) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o total das transferências correntes recebidas pelo Estado segue apresentando balanço positivo em comparação a 2019.

Isto porque foi repassado pela União um total de R\$ 1,0 bilhão para o Espírito Santo, na forma da MP nº 398/2020 (complementação do FPE, recebida em separado dos valores originais do Fundo, anteriormente citados) e da Lei Complementar nº 173/2020 (ações de saúde e assistência social, enfrentamento à Covid-19, além de mitigação financeira)⁴⁸.

Gráfico 15 - Receitas do Petróleo – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2020

Nota 2: inclui royalties e participações especiais; não inclui os valores retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias

Fonte: Portal da Transparência ES

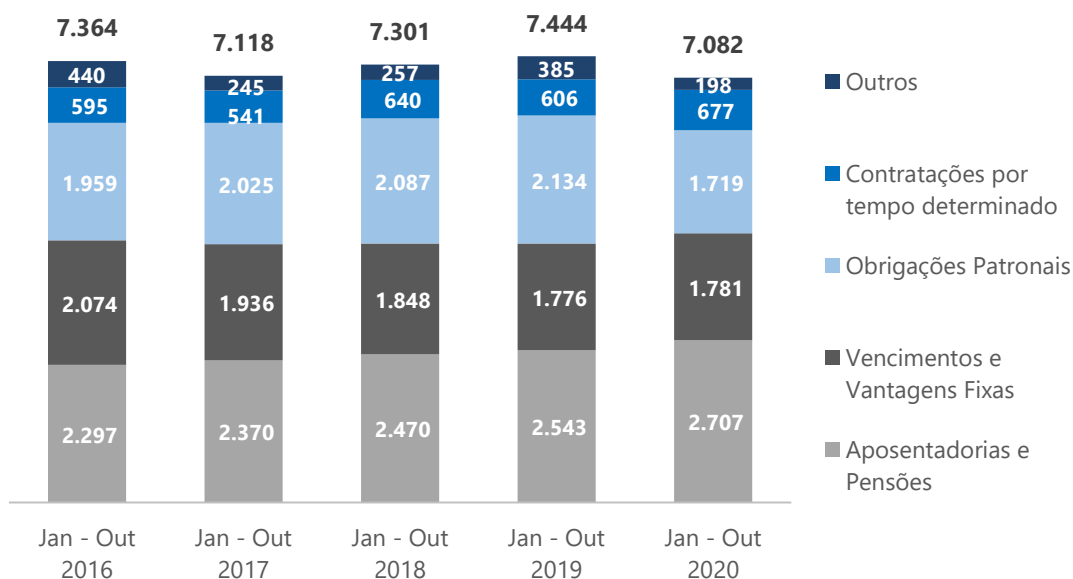
Elaboração: Ideies / Findes

⁴⁸ Sobre a ajuda financeira da União aos Estados e Municípios, ver reflexão de Ribamar Oliveira no Valor: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/uma-ajuda-muito-alem-do-imaginado.ghtml>

No lado das despesas estaduais, a principal delas se concentra nos gastos com pessoal, que reduziram -4,9% neste ano. A diminuição se dá, no entanto, mais por uma questão de classificação contábil dos gastos do que por efetiva eliminação de despesas, tendo em vista as mudanças no sistema previdenciário estadual, realizadas no início do ano e que incluíram a redução da contribuição patronal feita pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário⁴⁹.

O gráfico dos gastos com pessoal mostra, no entanto, que apesar da queda de -19,4% na despesa com as obrigações patronais, o Governo do Estado tem altas reais nos dispêndios com os salários de servidores (0,3%), com as aposentadorias e pensões (6,5%) e com as contratações por tempo determinado (11,6%).

Gráfico 16 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Na ótica das despesas segundo a função do gasto público, a saúde segue sendo a líder do ranking de dispêndios do Governo do Espírito Santo em 2020, com R\$ 2,7 bilhões (22,7% do total).

Vale destacar que com a criação do Fundo de Proteção Social dos Militares em 2020, houve um deslocamento contábil de valores da função Previdência Social para a função Administração, o que explica parte das variações observadas em ambas na comparação com o ano passado.

⁴⁹ Veja uma análise mais detalhada das mudanças previdenciárias ocorridas no Espírito Santo na seção de Finanças Públicas Estaduais da edição de outubro deste Boletim, disponível em: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/816/original/Boletim-Outubro_2020.pdf?1604088651

Tabela 13 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Out 2019 (em R\$ milhões)	Jan - Out 2020 (em R\$ milhões)	Participação em 2020 (%)	Variação (%) 2020/2019
Saúde	2.311,4	2.753,2	22,7%	19,1%
Previdência Social	2.551,5	2.179,6	18,0%	-14,6%
Educação	1.837,6	1.785,2	14,7%	-2,9%
Segurança Pública	1.890,4	1.412,6	11,6%	-25,3%
Administração	555,4	1.079,8	8,9%	94,4%
Encargos Especiais	1.201,7	1.077,5	8,9%	-10,3%
Transporte	530,0	747,6	6,2%	41,1%
Direitos da Cidadania	483,2	464,3	3,8%	-3,9%
Agricultura	185,2	164,5	1,4%	-11,1%
Assistência Social	83,9	115,0	0,9%	37,1%
Outros*	448,3	358,4	3,0%	-20,1%
Total	12.078,5	12.137,8	100,0%	0,5%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

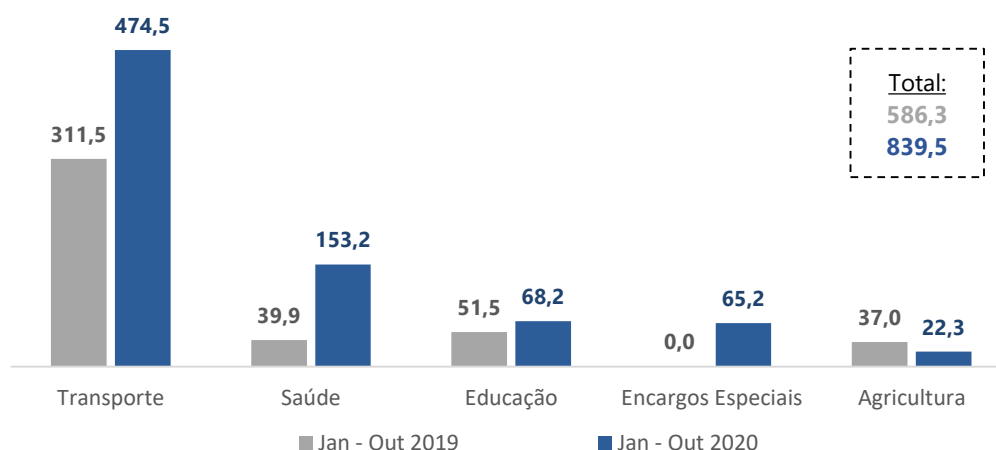
No que se refere especificamente aos investimentos do Governo do Estado, a principal função ainda é a de transportes, com 56,5% do total investido de janeiro a outubro.

Mas, também, destaca-se a função saúde que registrou grande crescimento na comparação com o mesmo período

do do ano passado, por conta das necessidades impostas pela pandemia, que fez ampliar o valor investido, principalmente, na compra de materiais e equipamentos e na reforma e adequação de hospitais.

Os investimentos totalizaram R\$ 839,5 milhões até outubro de 2020, crescimento de 43,2% em relação a 2019.

Gráfico 17 - Principais Investimentos, por função (em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

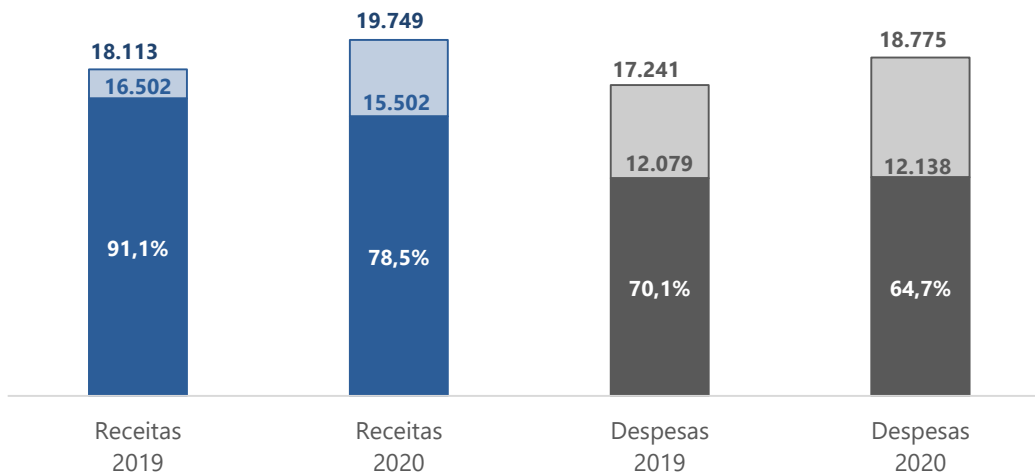
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Transcorridos os primeiros dez meses (ou 83%) do ano, nas finanças públicas o Governo do Estado alcançou 78,5% das receitas esperadas no orçamento de 2020 e

liquidou 64,7% do total de despesas originalmente orçadas.

Gráfico 18 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em %) - Governo do Espírito Santo, janeiro a julho - 2019 e 2020



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2020

Nota 2: As despesas realizadas até o momento se referem às despesas liquidadas. O total das despesas orçadas para cada ano não considera a provisão para a Reserva de Contingência.

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findes

Ambos os percentuais são menores do que os realizados no mesmo período de 2019, o que confirma uma frustração da capacidade arrecadatória influenciada pela pandemia, e que pode ser um indicativo de que houve

maior cautela na dosagem do total da despesa pública em ano tão desafiador, em que pese o reforço, acima explicitado, nos gastos e investimentos na área da saúde.

Box 2 - O Plano Espírito Santo

No dia 26 de novembro foi lançado em Vitória o “Plano Espírito Santo – Convivência Consciente”, iniciativa liderada pelo Governo do Estado, por meio de diversas secretarias, e construída com a participação de outras entidades como a Findes, o Espírito Santo em Ação e o Sebrae/ES.

Segundo o Governo do Estado⁵⁰, trata-se de um plano de retomada que consiste em um conjunto de ações envolvendo órgãos do poder público e o setor produtivo para promover o desenvolvimento econômico em meio ao cenário desafiador imposto pela pandemia da Covid-19. A estimativa é que até o final de 2022 sejam investidos cerca de R\$ 32 bilhões, por meio do Governo do Estado, do Governo Federal e do setor privado, criando mais de 100 mil vagas de emprego. A previsão é de que R\$ 23 bilhões em investimentos sejam viabilizados por meio da iniciativa privada, enquanto os outros R\$ 9 bilhões sejam realizados pelo poder público. As ações estão divididas em sete grandes eixos de atuação: Desburocratização;

Medidas Tributárias; Crédito e Financiamento; Monitoramento dos Impactos na Economia; Aceleração dos Investimentos Públicos e Privados; Inovação e Tecnologia e Geração de Emprego e Renda. Dentre os principais investimentos a serem priorizados estão os de infraestrutura e logística, como a concessão e duplicação da BR 262, a construção da EF 118, o início das obras de portos privados que já têm projetos avançados. Planos Interestaduais e o programa Caminhos do Turismo também foram destacados, além de oportunidades surgidas com novas regulamentações setoriais, como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, que deverá viabilizar abertura do setor e novas obras de saneamento, e a Nova Lei do Gás, com destaque para o moderno contrato da ES Gás com o Governo do Estado e a possibilidade de privatização da própria companhia nos próximos anos.

No eixo de desburocratização o objetivo é agilizar e simplificar, estimulando o empreendedorismo e a atração de investimentos. Algumas medidas são: o Sistema de

⁵⁰ Veja mais detalhes sobre o Plano Espírito Santo em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-espírito-santo-lanca-programa-para-promocao-do-desenvolvimento-economico>

Licenciamento e Fiscalização Digital e o Licenciamento Ambiental Simplificado. No eixo das medidas tributárias, capitaneadas pela Secretaria da Fazenda, o objetivo é impulsionar a competitividade da economia. Há alguma prioridade ao setor de energia, dada a importância do segmento de petróleo e gás para o estado, mas também com a preocupação de desenvolver uma matriz energética mais sustentável, o que inclui o Programa Gerar, cujo projeto de lei foi assinado no evento. Os destaques dentre as medidas tributárias são: a redução do ICMS bunker com incentivo à cabotagem, a redução de ICMS do gás, a transferência de crédito de ICMS para terceiros e as alterações na legislação do Repetro.

O eixo de Crédito e Financiamento pretende ser o combustível do desenvolvimento, incluindo financiamento para empreendimentos de geração de energias renováveis, o Fungetur, e a regulamentação do Fundo Soberano. No campo da Geração de Emprego e Renda, as ações buscam novas conexões para criar oportunidades, como por meio da Agência Itinerante do Trabalho, da ampliação do Qualificar ES, da criação do Compre ES e do programa Fornecedores em Rede.

Em relação à Inovação e Tecnologia, um conjunto de ações pretende incrementar o setor no Espírito Santo: o Corredor da Inovação, Editais do Funcitec/MCI, atração de investimentos de base tecnológica e capacitação voltada para inovação e empreendedorismo na formação profissional. Um Conselho Governamental de Desenvolvimento será o responsável pela governança e acompanhamento do Plano, orientando eventuais rearranjos conjunturais para potencializar as ações de recuperação da economia.

Como já mencionado, além do lançamento do Plano Espírito Santo, o evento contemplou anúncios e assinaturas de outras iniciativas importantes para a economia do estado. Uma delas foi a do decreto de regulamentação do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funeses)⁵¹. O Fundo é composto por receitas provenientes da atividade de exploração de petróleo e gás natural, com seus recursos divididos para duas finalidades: I) 60% para promover o petróleo e gás natural, com seus recursos divididos para duas finalidades: I) 60% para promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado, por meio de política de investimentos estratégicos em empreendimentos de

empresas capixabas ou de empresas de fora que estejam vindo para o Espírito Santo; II) 40% para formação de poupança intergeracional, com regras rígidas especificadas para o saque e uso deste dinheiro. O decreto ainda estabelece diretrizes para garantir a transparência e fiscalização dos recursos, de suas aplicações e prestação de contas. Segundo as informações do Governo do Estado, em outubro de 2020 o Fundo Soberano acumulava R\$ 326 milhões.

Foi assinado também o projeto de lei do Programa de Geração de Energias Renováveis do Espírito Santo, o Gerar, que pretende diversificar matriz energética do Estado, descentralizando e interiorizando o desenvolvimento socioeconômico. No curto prazo, o programa deverá simplificar processos, procedimentos e licenciamentos e conceder isenção de ICMS para a micro e minigeração distribuída de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica. Outro anúncio do evento foi a assinatura de um protocolo de intenções para instalação de uma refinaria modular no Porto Central, em Presidente Kennedy, no sul do estado. A iniciativa é das empresas EnP e Oil Group.

O lançamento do Plano Espírito Santo remete à tradição de planejamento que é característica do estado. Planos governamentais como o ES 2025 e o ES 2030 tiveram importante papel no desenvolvimento socioeconômico e institucional do Espírito Santo. No mesmo sentido foi criado o Projeto Indústria 2035⁵², liderado pelo Ideies/Findes, que teve algumas de suas ações e demandas contempladas no Plano Espírito Santo. Um importante instrumento do Indústria 2035 é o acordo de cooperação técnica firmado entre a Sedes, a Findes e o Ideies, durante o evento, que engloba a governança conjunta do projeto Indústria 2035, a disponibilização do portal do Indicador de Ambiente de Negócios - IAN no portal do Invest ES e a conjugação de esforços para o acompanhamento e a prospecção de novos investimentos para o estado, por meio do compartilhamento das informações da plataforma fDi Market e da inteligência de dados estratégicos.

Como um estado que tem se destacado nacionalmente em vários aspectos nos últimos anos, o planejamento para a retomada da economia encaminha mais uma vez o Espírito Santo para uma posição de vantagem na saída da grave crise enfrentada pelo mundo.

⁵¹ Saiba mais sobre o Funeses, criado no ano passado, na edição de junho de 2019 deste Boletim: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/398/original/Boletim-Junho_2019.pdf?1561664847

⁵² Veja mais sobre o Projeto Indústria 2035 em: <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/59-com-foco-no-desenvolvimento-da-industria-capixaba-ideies-lanca-o-industria-2035>

Box 3 - Finanças públicas municipais e os desafios dos futuros prefeitos

No último dia 15 de novembro os capixabas foram às urnas e definiram a eleição de 73 prefeitos e prefeitas que exercerão os mandatos de 2021 a 2024⁵³. Restam apenas as definições nas quatro maiores cidades (Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória), que terão segundo turno no dia 29, e a decisão da justiça acerca do resultado em Boa Esperança, cujo candidato que teve a maior votação aguarda julgamento de recurso contra o indeferimento de sua candidatura.

Independentemente de quem sejam os próximos chefes dos poderes executivos municipais, é sabido que os desafios para as gestões no próximo quadriênio serão consideráveis. O ano de 2020 deverá se encerrar com a maior retração econômica anual da história do país⁵⁴, impactada pelas dificuldades impostas pela pandemia.

A pandemia, aliás, a depender de sua evolução, ainda poderá ser um relevante desafio sanitário, econômico e social no próximo ano, suscitando tomadas de decisões em relação à saúde municipal, ao funcionamento das atividades econômicas, das escolas, das atividades de lazer, entre outras.

Neste ano de 2020 marcado pela Covid-19, o Governo Federal aprovou a transferência de recursos complementares para auxiliar estados e municípios no enfrentamento da crise econômica e sanitária que impactou as receitas dos entes e provocou necessidade de aumento nos gastos com saúde e assistência, por exemplo.

Os impactos da pandemia nas receitas dos municípios revelam que em 2020, até o momento, as cidades perderam capacidade de arrecadação própria, bem como houve queda nos dois principais repasses constitucionais dos Estados e da União. A mais recente edição do Anuário Multicidades - Finanças dos Municípios do Brasil⁵⁵ analisa o comportamento destes principais itens da receita municipal no primeiro semestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, para mais de 2 mil cidades brasileiras (tabela 14).

Tabela 14 - Desempenho de itens da receita dos municípios brasileiros* no 1º semestre - 2020/2019

Classificação	Item	Varição (%)
Receita própria	ISS	-5,2
	ITBI	-12,6
	IPTU	-2,8
Transferências do Estado	ICMS	-4,1
	IPVA	0,5
Transferências da União	FPM	-9,7

(*) considera os dados de 2.409 municípios brasileiros, entregues junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Fonte: Anuário Multicidades - Finanças dos Municípios do Brasil

As receitas relativas ao ISS, ao ICMS e ao FPM sofreram com a queda da atividade econômica durante a pandemia. Já a arrecadação do IPTU, e também a do FPM, tiveram impactos do adiamento do recolhimento de tributos ocorrido no início da crise.

O Anuário Multicidades ainda destaca que, para o total dos municípios analisados, a queda da receita no primeiro semestre de 2020 seria de -0,3%, afetando mais as cidades pequenas com menos de 20 mil habitantes (-1,6%) do que as grandes com mais de 500 mil habitantes (alta de 0,1%). No entanto, somando-se os auxílios financeiros do Governo Federal, a receita dos municípios brasileiros teve alta de 2,2% no semestre. Quando analisados por porte, as menores cidades tiveram aumento de 2,7% (ajudadas, principalmente, pelos recursos da União), e as maiores cidades tiveram crescimento de 2,1% (neste caso, influenciado majoritariamente pelo bom desempenho de suas receitas no 1º trimestre, ainda antes da pandemia).

Voltando os olhares para o Espírito Santo, segundo o Boletim da Macrogestão Governamental de setembro de 2020⁵⁶, produzido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), de janeiro a setembro os municípios capixabas receberam R\$ 951 milhões da União como ajuda financeira para o enfrentamento da pandemia e de seus impactos⁵⁷.

⁵³ Veja o levantamento de cada município em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/veja-no-mapa-cada-um-dos-prefeitos-eleitos-por-regiao-no-espírito-santo-1120>

⁵⁴ Segundo o boletim Focus do dia 23/11/2020, a previsão para este ano é de uma queda de -4,55% no PIB, que seria a maior retração anual desde 1900, quando se tem registros.

⁵⁵ Disponível em: http://aequus.com.br/anuarios/multicidades_2020_2.pdf

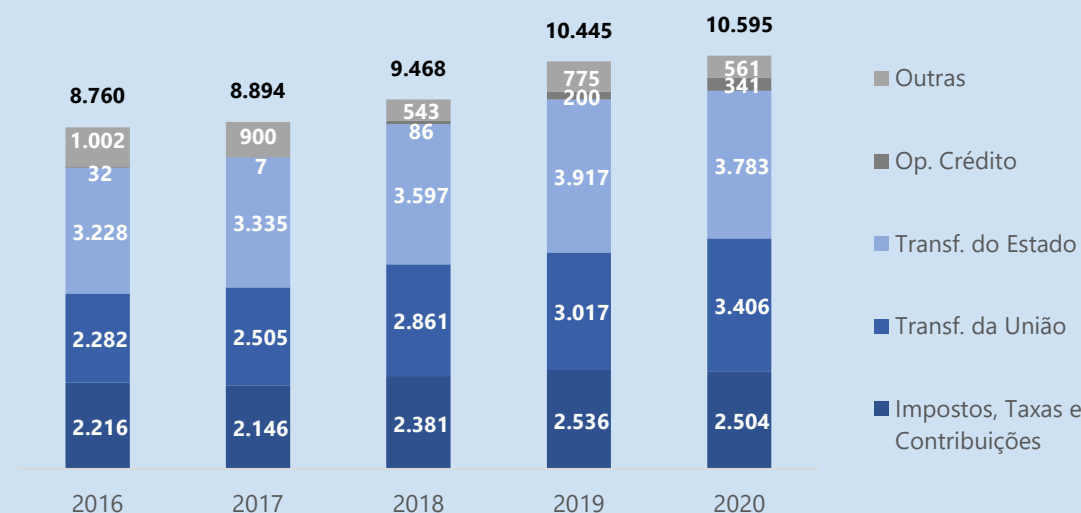
⁵⁶ Acesso em: <https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/formidable/130/Boletim-Macrogestao-Governamental-set-2020-11.pdf>

⁵⁷ Esse valor compreende, principalmente, o apoio financeiro como compensação das perdas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (MP 938/2020) e os auxílios para ações de saúde e de assistência além de mitigação financeira (LC nº 173/2020).

Isso fez com que as transferências da União tivessem grande crescimento real no período (12,9%) em compa-

ração aos mesmos meses de 2019, enquanto as receitas de impostos, taxas e contribuições recuaram -1,3%.

Gráfico 19 – Principais componentes da receita total dos municípios do Espírito Santo, janeiro a setembro (em R\$ milhões – IPCA setembro/2020)



Fonte: Painel de Controle – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)

Elaboração: Ideies / Findes

Também é importante destacar a situação das previdências municipais, no caso das 34 cidades capixabas que contam com regime próprio. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que instituiu a reforma da previdência nacional, os municípios ficaram obrigados a ajustar suas alíquotas de contribuição dos servidores para 14% até o dia 31 de julho de 2020. Mas com a situação da pandemia, esse prazo foi estendido para o final de setembro e posteriormente para o final de dezembro deste ano.

Segundo levantamento do TCE-ES no último mês de outubro, dos 34 municípios que contam com regime próprio de previdência, 10 ainda não haviam realizado a alteração de alíquota⁵⁵. Se isso não for feito até o dia 31 de dezembro, as cidades podem perder o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o que as impediria de receber, por exemplo, transferências voluntárias da União e de contratar empréstimos junto aos bancos federais.

Tabela 15 - Indicador de Situação Previdenciária dos municípios do Espírito Santo - 2019

Município	Nota	Município	Nota	Município	Nota
Águia Branca	B	Guaçuí	D	Rio Bananal	B
Alegre	D	Guarapari	B	Rio Novo do Sul	B
Anchieta	B	Ibiraçu	B	Santa Leopoldina	D
Aracruz	B	Iconha	B	Santa Maria de Jetibá	C
Barra de São Francisco	D	Itapemirim	C	São Gabriel da Palha	C
Boa Esperança	B	Jerônimo Monteiro	D	São José do Calçado	C
Cachoeiro de Itapemirim	B	João Neiva	C	Serra	C
Cariacica	B	Linhares	B	Vargem Alta	B
Conceição da Barra	D	Mantenedópolis	C	Viana	C
Domingos Martins	B	Mimoso do Sul	D	Vila Velha	C
Dores do Rio Preto	B	Pedro Canário	B	Vitória	B
Fundão	C	Rio Bananal	B		

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)

Elaboração: Ideies / Findes

⁵⁸ Veja mais em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/eleicao-faz-10-municipios-do-es-adiarem-reforma-da-previdencia-1020>

Além do ajuste da alíquota dos servidores, os municípios também têm outras obrigações previdenciárias a cumprir, como a adequação da idade mínima de aposentadoria aos parâmetros nacionais (65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres), previsto para ser realizado até novembro de 2021. Tais mudanças serão importantes para melhorar a situação de desequilíbrio verificada nos municípios capixabas. Segundo classificação do TCE-ES, em 2019 o Indicador de Situação Previdenciária apontava 17 municípios com nota B, 10 com nota C e 7 com nota D.

Os desafios fiscais brasileiros se mostram relevantes em todos os níveis de governo, inclusive no municipal. A perseguição da agenda de reformas ganha importância também para os poderes locais, por exemplo no que

tange à situação previdenciária - quando se aplica - bem como na busca por modernizações administrativas, ampliação da capacidade arrecadatória e melhoria do ambiente de negócios a fim de propiciar uma maior e mais diversificada atividade econômica nas cidades.

As incertezas sobre a evolução da pandemia da Covid-19 trazem um ponto de atenção para os futuros gestores municipais, especialmente caso sejam necessárias medidas mais restritivas de distanciamento social nos próximos meses. Até o momento não há sinalizações de que o Governo Federal conceda novos auxílios aos municípios em 2021, o que junto com eventual queda de receitas próprias pode provocar um cenário de maiores dificuldades financeiras para as cidades.

6. Comentários Finais

Novembro se aproxima do fim com mais de 60 milhões de casos e quase 1,5 milhão de mortes por Covid-19 no mundo. Para além de ordem de grandeza dos números, é importante destacar que o mês foi marcado por uma tendência de aumento de casos e de óbitos em vários locais, o que passou a ser apontado como uma "segunda onda" da doença, principalmente, na Europa. Alguns países adotaram novas medidas de restrição de atividades econômicas e sociais que deverão adentrar dezembro, a conferir qual será a duração, a intensidade e o alcance de novas restrições nos países que enfrentam novo crescimento da doença.

No campo econômico, os dados referentes ao desempenho do 3º trimestre mostraram que os principais países do mundo tiveram forte crescimento no período, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, o que tem ligação direta com a flexibilização das medidas restritivas e com a retomada das atividades no período. Alguns exemplos são as altas no PIB da França (18,2%), Itália (16,1%), Reino Unido (15,5%) e EUA (8,4%). Os dados do PIB brasileiro do 3º trimestre serão divulgados pelo IBGE no dia 03 de dezembro, também com expectativa de bom resultado. O Indicador de Atividade Econômica para o país (IBC-Br), estimado pelo Banco Central e que é interpretado como uma prévia do PIB indica um avanço de 9,5% na economia brasileira no período. No Espírito Santo, o indicador de atividade econômica IBCR-ES cresceu 6,1% no 3º trimestre.

Na passagem de agosto para setembro, o desempenho econômico tanto do país quanto do estado foi positivo. A indústria cresceu 2,6% e 5,0%, respectivamente; o comércio varejista ampliado teve alta de 0,6% nacionalmente e de 1,8% localmente; já os serviços subiram 1,8% no Brasil e 3,0% no Espírito Santo.

Em relação à inflação, o último dado referente a outubro continuou mostrando aceleração. No mês o IPCA do país ficou em 0,86% e o da Região Metropolitana da Grande Vitória foi de 0,91%. No acumulado em 12 meses a inflação oficial do país totalizou 3,92%, se aproximando da meta deste ano, fixada em 4,00%.

A expectativa do mercado, registrada no Boletim Focus de 23 de novembro, é que o IPCA feche o ano aos 3,45%. Em relação à Selic, o mercado segue apostando em manutenção da taxa aos 2,00% a.a. em 2020. A última reunião do Copom deste ano que deliberará sobre a taxa básica de juros ocorrerá nos dias 08 e 09 de dezembro.

Na análise do mercado de crédito, o saldo total da carteira no Brasil apresentou alta de 1,9% na passagem de agosto para setembro, enquanto no Espírito Santo a evolução foi de 2,2%. Na comparação interanual, o saldo total subiu 13,1% e 10,0%, respectivamente. O mês de setembro também foi de evolução positiva para a taxa média de juros, o spread bancário e a taxa de inadimplência no país, que reduziram.

Nas finanças públicas, a arrecadação federal somou R\$ 153,9 bilhões em outubro, acréscimo real de 9,6% em relação ao mesmo mês do ano passado e de 27,4% em relação a setembro. No acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação totalizou R\$ 1,20 trilhão, retração de -9,5% em comparação ao mesmo período de 2019.

Já no desempenho das finanças do Governo do Estado houve alta de 8,1% nas receitas e queda de -2,0% nas despesas, na passagem de setembro para outubro. Mas no acumulado do ano as receitas somam R\$ 15,5 bilhões (baixa de -6,1% em relação ao mesmo período do ano passado) e as despesas totalizam R\$ 12,1 bilhões (alta de 0,5%).

No campo político, o mês foi marcado pelas eleições. Primeiro a norte-americana, que após muita demora na

apuração e questionamentos por parte do atual presidente Donald Trump, confirmou o democrata Joe Biden como novo presidente dos Estados Unidos para o período de 2021 a 2024. No Brasil, no dia 15 foram eleitos milhares de novos prefeitos e vereadores para os mandatos dos próximos quatro anos. Algumas cidades, incluindo as quatro maiores do Espírito Santo (Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória) ainda voltarão às urnas para o segundo turno no dia 29 de novembro.

Após o segundo turno, as atenções políticas deverão voltar para Brasília, à espera dos próximos desdobramentos das agendas do Governo Federal e do Congresso Nacional, dado o imenso desafio fiscal do país, as discussões em torno do orçamento do próximo ano e eventuais desdobramentos da pandemia em termos sanitários e econômicos.

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Sumário Executivo – Rodrigo Taveira Rocha

Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

